

O COOPERATIVISMO NA CHINA



Caderno das experiências
históricas da cooperação

Nº 01

EXPEDIENTE

O Caderno das Experiências Históricas da Cooperação nº 01 – “O Cooperativismo na China” é uma publicação da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB.

Organização: Wladimir Pomar
Revisado: Adalberto Martins
Impressão: Gráfica Peres

CONCRAB

Alameda Barão de Limeira, 1232
01202-002 – São Paulo – SP
Tel/Fax: (011) 222 9174 ou 223 9135
E-mail: concrab@uol.com.br

1ª Edição
Novembro de 1998

A publicação deste caderno só foi possível graças ao apoio do MA/SDR/DENACOOP convênio 054198

Índice

1. Introdução	05
2. Evolução histórica da cooperação agrícola na China	06
2.1. A reforma agrária	08
2.2. A ajuda mútua	09
2.3. As primeiras cooperativas	12
2.4. O movimento de cooperação agrícola	13
2.5. Cooperativas de tipo superior	14
3. O Grande Salto Adiante e as cooperativas	16
3.1. As Comunas Populares	18
3.2. Resultados contraditórios	21
3.3. Reajustamentos	22
3.4. As tensões da revolução cultural	24
4. Os reajustamentos de 1978	26
4.1. Retirando lições da história	27
4.2. Os pontos de reajustamento	30
5. Os desdobramentos da reforma	33
5.1. Linhas das reformas agrícolas	34
5.2. A reorganização do trabalho	35
5.3. Força de trabalho excedente e industrialização rural	38
5.4. Ampliação do mercado rural e reforma urbana	40
6. Os desafios do século XXI	42
6.1. O futuro do cooperativismo	42
6.2. A ampliação da economia familiar especializada	44
6.3. Crescimento das empresas rurais	46
6.4. Novo papel das cooperativas de abastecimento e crédito	47
6.5. O papel do Estado	51

APRESENTAÇÃO

A Concrab, esta lançando com esta cartilha um novo conjunto de materiais intitulados "Cadernos das Experiências Históricas da Cooperação". Buscamos com este novo caderno, trazer aos militantes do MST e aos organizadores sociais de outras organizações populares, um conjunto de informações, idéias, práticas sociais, que são fruto de um aprendizado histórico que a classe trabalhadora desenvolveu e vem desenvolvendo em sua luta pela construção do socialismo. Esperamos que esta cartilha e as que virão nesta nova série (caderno) ajude os companheiros a compreender melhor a sua prática política e que saibam extrair lições das práticas e pensamentos históricos, em vistas da qualificação da intervenção de todos na realidade em que vivem.

Quanto a este primeiro caderno, "O Coopertivismo na China", veremos como a força de um povo (fundamentalmente camponês) pode enfrentar desafios históricos e organizar uma sociedade onde se eliminou a pobreza, a desigualdade e a injustiça, compreendendo dentro disto o forte papel desempenhado pela cooperação entre os trabalhadores.

Esperamos que a riqueza histórica desta experiência, motive os militantes sociais a terem criatividade ao elaborarem os seus métodos de trabalho junto ao povo e a estimularem diversas formas de cooperação agrícola, para resistirmos ao capitalismo, podendo ensaiar desde já, o novo modelo de sociedade e de desenvolvimento.

Oxalá a ousadia chinesa nos inspire colocando-nos o desafio de darmos o "Grande Salto", também na organização dos assentados e do conjunto dos trabalhadores.

Não poderíamos deixar nesta hora, de agradecer também a paciência e a voluntariedade do autor desta cartilha, o companheiro Wladimir Pomar, de quem somos muito gratos, pela sua generosidade de socializar com o MST os seus conhecimentos sobre a experiência Chinesas. Um bom estudo a todos.

Reforma Agrária: Uma Luta de Todos !

Direção da Concrab

COOPERATIVISMO NA CHINA

1. Introdução

Quando se fala em cooperativismo na China é preciso ter em conta a diferença entre as cooperativas agrícolas e as empresas coletivas urbanas. Ambas têm estrutura cooperativista. Isto é, ambas são organizadas como unidades de produção, comercialização ou crédito, em que os seus membros trabalham em cooperação, dirigem essas unidades através de representantes eleitos por eles mesmos e repartem o resultado obtido de acordo com a participação de cada um no capital e no trabalho da cooperativa.

Entretanto, a cooperação agrícola e as empresas coletivas chinesas têm histórias e problemas diferentes. Este texto tratará essencialmente da cooperação ou cooperativismo agrícola na China, em particular, das cooperativas de produção. Estas são as principais na história do cooperativismo chinês, embora não se deva esquecer que existiram e existem as cooperativas de abastecimento e comercialização e as cooperativas de crédito rural.

Nossa intenção é mostrar como surgiu o movimento de cooperação agrícola, tendo por base uma ampla reforma agrária e as experiências de ajuda mútua entre os camponeses. Visto isso, vamos repassar a história de crescimento do cooperativismo, com o aparecimento de diversos tipos de cooperativas e diversas formas de organização do trabalho, às vezes profundamente modificadas pelas necessidades econômicas ou políticas do país, como as ditadas pelo Grande Salto Adiante (1958-1960), pela Revolução Cultural (1966-1976) e pelos reajustamentos e reformas socialistas de mercado, iniciados em 1978.

Os reajustamentos, de 1978, e as reformas, de 1980, aproveitaram-se de quase 30 anos de experiências cooperativas, causando uma nova revolução agrícola na China. A produção de grãos saltou de 304 milhões de toneladas, em 1978, para 497 milhões de toneladas, em 1997. A renda camponesa elevou-se consideravelmente. As áreas rurais foram transformadas num mercado florescente para a produção industrial e, ao mesmo tempo, foram industrializadas, abrindo campo para a introdução da ciência e da tecnologia em larga escala na agricultura.

Aboliram, porém, algumas formas de organização antigas e fizeram ressurgir em larga escala as formas individuais e familiares de usufruto da terra, levando muitos a se perguntar se isso seria o fim do cooperativismo agrícola na China. Não, não foi. As cooperativas foram mantidas como coordenadoras do processo produtivo. Mas as formas de cooperação foram modificadas e estão seguindo um outro caminho de desenvolvimento.

Tudo isso nos obrigará a tratar das relações da agricultura com a indústria e do campo com as cidades. Teremos que anotar o papel do Estado, da ampliação da democracia e da educação científica e tecnológica, como base para a educação política, a cooperação e o fortalecimento da solidariedade, tendo em vista a construção de uma sociedade chinesa não só materialmente próspera, mas culturalmente elevada, na primeira metade do século XXI.

2. Evolução histórica da cooperação agrícola na China

No passado, os camponeses chineses não tinham condições para praticar o cooperativismo. As terras eram monopolizadas pelos latifundiários. Os lavradores viviam e trabalhavam como servos ou semiescravos, pagando a renda da terra e sempre endividados. Sua libertação, através da reforma agrária, era uma das principais reformas do movimento revolucionário nacional e democrático iniciado pelo Dr. Sun Iatsen, que derrubou a monarquia e implantou a República em 1911.

Entretanto, o Dr. Sun Iatsen foi derrubado pelos caudilhos militares (latifundiários feudais com exércitos próprios) em 1912. Somente com o movimento popular de 4 de maio 1919 a revolução recomeçou, chamando-se revolução da Nova Democracia, por ter como um dos principais objetivos a luta contra o feudalismo, ou seja, pela democratização da propriedade da terra e do poder.

A revolução da Nova Democracia atravessou quatro grandes períodos. O primeiro se estende até 1927, sendo marcado pela Expedição do Norte, iniciada em 1924. Nesse período, o Partido Comunista (fundado em 1921) ingressa no Kuomintang, o partido nacionalista dirigido pelo Dr. Sun Iatsen, e participa da organização do exército democrático e das operações bélicas contra os caudilhos militares do Norte.

O segundo período começa em 1927, quando Chiang Kaishek,

que assumiu a direção do Kuomintang após a morte de Sun Iatsen, une-se aos caudilhos militares, dá um golpe militar e assassina mais de cem mil comunistas. O Partido Comunista é obrigado a deslocar-se para as zonas rurais e concentrar lá suas atividades revolucionárias. O levante da colheita de outono, dirigido por Mao Zedong, o levante de Nanchang, dirigido por Zhu Enlai (*), e a fundação do Exército Vermelho, marcam o início da Guerra Agrária Revolucionária.

Chiang Kaishek organiza uma série de campanhas militares de cerco e aniquilamento contra as bases revolucionárias do Exército Vermelho. Enquanto este pratica a guerra de guerrilhas, evitando defender posições fixas, as campanhas não conseguem êxito. Entretanto, durante a quinta campanha de cerco e aniquilamento, em 1935, a direção do Partido Comunista decide defender as bases revolucionárias e sofre uma séria derrota. Para salvar suas forças, o Exército Vermelho realiza uma retirada estratégica para a base de Ienan.

Essa retirada, conhecida na história como a Longa Marcha de cerca de 12 mil quilômetros, representou uma reviravolta na revolução chinesa. Foi no curso dela que Mao Zedong foi eleito para dirigir o partido e o exército revolucionários e que suas concepções militares sobre a guerra de guerrilhas na China passaram a ser predominantes.

Em 1937 tem início o terceiro período, a Guerra de Resistência contra o Japão. Desde 1931 o Japão atacara a Manchúria e praticava uma guerra de domínio contra a China. Chiang Kaishek, porém, preferia combater os comunistas, embora estes propusessem uma aliança contra os japoneses. Foi preciso que o Japão estendesse seu domínio a Shanghai, Nanjing e outras cidades e regiões da China, e que generais do próprio Kuomintang prendessem Chiang Kaishek e o obrigassem a se aliar ao Partido Comunista e ao Exército Vermelho, para que a resistência contra o Japão fosse realizada de forma unificada.

Após a derrota do Japão, em 1945, tiveram início prolongadas e tensas negociações entre o Kuomintang e o Partido Comunista para restabelecer a paz na China. O Partido Comunista propunha reformas democráticas no país, em especial a reforma agrária, mas enquanto as negociações ocorriam, o Kuomintang transferia suas tropas para pontos estratégicos, com o apoio da máquina bélica norte-americana, e preparava-se para lançar uma nova guerra contra o Exército Vermelho.

Em 1947, as tropas do Kuomintang lançaram uma ofensiva de surpresa contra o Exército Vermelho, supondo derrotá-lo rapidamente ao obter algumas vitórias iniciais.

Entretanto, a experiência militar das tropas vermelhas, ao suportar a principal carga da guerra contra o Japão, e o Projeto de Reforma Agrária e as propostas de Paz e Democracia, lançados pelo Partido Comunista, viraram os ventos da guerra.

O Exército Vermelho passou a chamar-se Exército Popular de Libertação-EPL e esse novo período foi denominado Guerra de Libertação Nacional, terminando em 1949 com a proclamação da República Popular da China. A reforma agrária, iniciada paulatinamente nas áreas libertadas pelo EPL, durante as Guerras de Resistência e de Libertação Nacional, estendeu-se então a todo o país.

(*) Mao Zedong pronuncia-se Mao Tsetung e Zhou Enlai pronuncia-se Chu Enlai. A grafia Mao Tsetung e Chu Enlai, idêntica à pronúncia, foi adotada pelos idiomas ocidentais e era predominante até 25 anos atrás. Entretanto, desde que a China adotou o alfabeto latino, a grafia oficial passou a ser Mao Zedong e Zhou Enlai.

2.1. A reforma agrária

O processo de reforma agrária seguiu duas fases. Na primeira, os camponeses se organizaram em ligas e, depois, em associações, para lutar contra os latifundiários e os camponeses ricos. No total, essas camadas sociais não excediam 8% das famílias ou 10% da população, mas dominavam mais de 70% das terras cultivadas.

Os latifundiários eram os alvos principais. Os tiranos ou que haviam cometido crimes contra os camponeses, eram tratados de forma diferente em relação aos que tinham uma postura mais humana. Grandes latifundiários recebiam tratamento diferente dos médios e pequenos, e também dos camponeses ricos.

Na segunda fase, intensificada a partir de 1947, quando foi lançado o Projeto de Lei de Reforma Agrária, de 16 artigos, os camponeses passaram a dividir as terras igualmente, incluindo aquelas arrendadas pelos camponeses ricos e suas terras excedentes. Por esse projeto, eram abolidos o sistema agrário de exploração feudal e os direitos de propriedade territorial dos latifundiários, santuários, monastérios, templos, escolas e instituições ancestrais. Também eram canceladas todas as dívidas contraídas pelos camponeses antes da reforma.

Excetuando os latifundiários tiranos e/ou criminosos, os demais latifundiários e os camponeses ricos receberam lotes de terra, da mesma

maneira que os camponeses pobres e remediados. Assim, em 1950, quando foi promulgada a Lei da Reforma Agrária, o usufruto da terra já havia sido amplamente democratizado. Em 1952 300 milhões de camponeses haviam recebido 47 milhões de hectares de terras, cabendo a cada família cerca de 0,4 hectares. Do ponto de vista da propriedade, a terra havia sido nacionalizada, isto é, tornara-se propriedade da nação.

Os camponeses ficaram livres de pagar o arrendamento aos latifundiários, o que correspondia na época a 35 milhões de toneladas de cereais. Transformaram-se em donos de suas próprias condições de trabalho e a zona rural chinesa tornou-se uma agricultura predominantemente dominada pela pequena economia camponesa.

Ao mesmo tempo, foram também organizadas algumas granjas ou fazendas estatais, nas quais os instrumentos ou meios de produção, assim como tudo o que era produzido, pertencia ao Estado. Nessas granjas os lavradores não eram camponeses, mas trabalhadores de uma empresa estatal, que ganhavam salário.

A partir desse momento, a principal missão do campesinato e das poucas fazendas estatais passou a ser o desenvolvimento da produção agrícola e a instalação de órgãos de poder popular, eleitos por eles mesmos, nas aldeias e povoados. Nessa época a agricultura chinesa produzia 100 milhões de toneladas de cereais e menos de 450 mil toneladas de algodão, com uma produtividade média por hectare de 660 kg de trigo e 1.300 kg de arroz, igual à produtividade do agricultor europeu por volta do ano 1750.

2.2. A ajuda mútua

Apesar da melhoria imediata da situação dos camponeses, sua capacidade produtiva permanecia reduzida. A fragmentação das propriedades, a pequena quantidade de equipamentos agrícolas e outras condições de produção atrasadas eram obstáculos à elevação da produção. Havia um animal de tração para cada duas famílias, um arado para cada três famílias e uma roda de bombeamento de água de irrigação para cada 17 famílias. Além disso, a reduzida área de cada unidade produtiva tornava impraticável a utilização de técnicas agrícolas mais avançada.

Essa situação passou a ser aproveitada pelos antigos camponeses ricos, que tinham mais recursos, mais experiência e mais conhecimentos

na compra e venda de mercadorias. Aos poucos, eles passaram a comprar o usufruto de parcelas, a arrendar lotes, a comprar a produção por preços mais baratos, a especular e a utilizar outras práticas de exploração disfarçada ou aberta.

A forma que os camponeses pobres encontraram para enfrentar essa ação dos camponeses ricos foi a ajuda mútua, um sistema parecido com os mutirões brasileiros. A diferença é que na China a ajuda mútua ganhou uma estrutura organizada, com a formação de equipes de camponeses que trabalhavam para atender as necessidades de cultivo e trato das parcelas agrícolas e, também, de construção de obras hidráulicas, defesas contra as cheias e outras calamidades naturais, e emprego de máquinas e tecnologias agrícolas.

Ao mesmo tempo, o Estado Popular regulamentou o mercado de cereais para evitar a ação especulativa dos camponeses ricos, atravessadores e usurários. Em 1953, estabeleceu o **Sistema Unificado de Compra e Venda**, que determinava cotas de vendas, dos camponeses ao governo, de cereais, algodão e outros produtos importantes. Em contrapartida, através de suas empresas de comercialização, o Estado abastecia os camponeses com os artigos industriais indispensáveis para a produção agrícola, como fertilizantes, sementes, ferramentas e máquinas.

Por um lado, havia então uma pressão dos camponeses para avançar na cooperação agrícola, como resistência à ação dos camponeses ricos e outros especuladores. Por outro, o governo também pressionava no mesmo sentido. A industrialização aumentava a demanda de alimentos e matérias primas agrícolas, exigindo mudanças na infra-estrutura da agricultura, através da irrigação, mecanização e novos meios e vias de transporte.

Mas a indústria chinesa ainda não tinha capacidade para produzir as máquinas e implementos agrícolas necessários. E, se tivesse, uma mecanização rápida geraria um excesso de trabalhadores rurais, sem condições de ser absorvido pelos outros setores da economia. Estas são as razões principais porque na China não houve nada parecido com as Estações de Máquinas e Tratores soviéticas, organizadas num contexto de abundância de terras e escassez de força de trabalho.

Nas condições chinesas, a cooperação agrícola só poderia se desenvolver à base do trabalho manual e da economia de subsistência. Era uma condição política, não uma imposição econômica. Visava enfrentar a disputa com a economia capitalista dos camponeses ricos

e, ao mesmo tempo, proporcionar o aumento da produção sobre uma área agricultável limitada por razões naturais e técnicas. Como se sabe, a China só tem cerca de 130 milhões de hectares agricultáveis, a maior parte concentrada nas planícies litorâneas.

A base para essa cooperação agrícola de cunho político eram os camponeses pobres e, em parte, os médios, que temiam perder as conquistas da reforma agrária. Os grupos de ajuda mútua permitiam elevar a produtividade do solo, com maior inversão de mão-de-obra, e criar um movimento visível de resistência econômica e política à ação dos camponeses ricos.

O movimento de ajuda mútua pode ganhar amplitude com certa rapidez porque havia a experiência da ajuda mútua do período da Guerra de Resistência contra o Japão. Para salvar as bases revolucionárias do perigo da fome, os soldados do Exército Vermelho começaram a participar dos trabalhos agrícolas junto com os camponeses, estimulando também que eles se ajudassem uns aos outros. Dessa forma, foi possível elevar a produção, o exército pode abastecer-se sem prejudicar os camponeses e o sistema de ajuda mútua tornou-se prática comum nas áreas onde fora praticado.

Em 1950, as famílias organizadas em grupos de ajuda mútua eram somente 10% do total de famílias camponesas. Mas a difusão da experiência positiva do passado e das novas experiências de ajuda mútua fez com que, em 1951, o número de grupos já alcançasse 19% do total de famílias camponesas, em 1952, 40% e em 1953, 58%.

Na ajuda mútua, as famílias continuavam a manter e a lavrar privadamente suas parcelas de terra e detinham a propriedade de seus meios de trabalho. Mas elas se organizavam em grupos de três a sete famílias e, às vezes, até dez, para realizar as tarefas sazonais, como preparação do solo, plantio, tratos culturais e colheitas, intercambiando mão-de-obra, animais de trabalho e instrumentos agrícolas.

Em 1953, o ritmo de crescimento dos grupos de ajuda mútua decaiu. A administração familiar de cada parcela se tornara um obstáculo ao aumento do emprego da força de trabalho e dos equipamentos agrícolas. As pequenas glebas não suportavam a utilização de um número maior de agricultores, animais de trabalho, arados e cultivadores. Assim, em lugar dos grupos de ajuda mútua começaram a aparecer as cooperativas de tipo inferior.

2.3. As primeiras cooperativas

As primeiras cooperativas, chamadas de tipo inferior ou de base, caracterizavam-se pelo fato das parcelas continuarem pertencendo ao usufruto de cada família, assim como os animais, equipamentos e ferramentas. Mas, para o efeito da produção, as áreas principais de cada parcela foram unificadas, sendo trabalhadas como se fossem uma única unidade produtiva.

Os camponeses colocavam à disposição da cooperativa as terras de suas parcelas, e seus animais e ferramentas. Tudo era contabilizado conforme a quantidade e qualidade de cada um desses meios produtivos. A gestão era realizada pela direção da cooperativa e as famílias trabalhavam como se fossem equipes de produção. Dependendo do número de membros da família, podiam trabalhar sobre uma área maior ou menor do que sua parcela de usufruto, e utilizar-se tanto de seus instrumentos de produção, como de instrumentos pertencentes a outras famílias, mas colocados à disposição da cooperativa.

O trabalho efetivo de cada membro da família também era contabilizado por um sistema de pontos-trabalho. No resultado final da produção, cada família recebia, além da parte correspondente ao seu trabalho físico, uma parte referente ao trabalho dos meios de produção que lhe pertenciam e haviam sido empregados pela cooperativa.

Além disso, cada família continuava podendo trabalhar individualmente na área não unificada de sua parcela. Nessa área, ela realizava as chamadas atividades domésticas, como plantio de hortaliças, criação de pequenos animais, aves e peixes, cuja produção pertencia totalmente à família.

Esse movimento de organização das cooperativas de tipo inferior, iniciado timidamente em 1953, avançou pouco nos dois primeiros anos. Em 1954, somente 2% das famílias camponesas haviam se organizado dessa forma. Mas em 1955 esse número saltou para 14% do total, isto é, 17 milhões. Havia, então, 650 mil cooperativas, cultivando 16,6 milhões de hectares. Ou seja, cada cooperativa possuía 26,2 famílias, que trabalhavam uma área média de 25,5 hectares.

Um dos principais resultados desse movimento cooperativista foi a elevação acentuada da produção agrícola. A reforma agrária já havia permitido saltar de 100 milhões de toneladas de cereais, em 1950, para 161 milhões em 1952. Entre 1952 e 1955, houve um novo salto, com a

produção de grãos chegando a 185 milhões de toneladas. Os dirigentes chineses convenceram-se, então, de que estavam no caminho certo e decidiram estimular ainda mais a cooperação agrícola.

Em junho de 1955, o presidente Mao Zedong publicou um artigo intitulado "Sobre a cooperação agrícola", que desempenhou um papel muito importante na difusão do cooperativismo e na transformação das cooperativas de tipo inferior em cooperativas de tipo superior.

2.4. O movimento de cooperação agrícola

A idéia principal desse artigo era de que a elevação da produção agropecuária e a melhoria das condições de vida dos camponeses, proporcionadas pelo movimento de ajuda mútua e pelas cooperativas de tipo inferior, demonstravam que a cooperação ou socialização da agricultura poderia acontecer antes da industrialização.

Em outras palavras, Mao Zedong admitia a possibilidade da ideologia e da política se imporem totalmente à economia. Como se sabe, a economia política ensina que a industrialização, por sua lógica de funcionamento, aumenta a cooperação do trabalho. As máquinas, ao comandar o ritmo de trabalho dos homens e estabelecer a própria sequência do processo de produção, impõem aos trabalhadores a cooperação, mesmo que estes não a desejem.

O mesmo processo que ocorreu na industrialização urbana deveria se dar na agricultura. À medida que a indústria lhe fornecesse máquinas para a preparação do solo, cultivo, colheita, armazenamento, transporte e outras atividades relacionadas, a agricultura se mecanizaria ou industrializaria.

As exigências técnicas da agricultura industrializada conduziriam necessariamente à cooperação agrícola por meios estritamente econômicos. Esta cooperação seria diferente daquelas decorrentes da resistência política dos camponeses frente a seus exploradores ou concorrentes mais fortes, como era o caso do movimento de ajuda mútua e das cooperativas de base. Ela teria como suporte forças produtivas desenvolvidas, isto é, meios científicos e tecnológicos, sementes, máquinas, equipamentos, fertilizantes e inúmeros outros meios produtivos, que tornariam a cooperação uma necessidade econômica natural, não algo imposto pelas adversidades.

Para os líderes chineses, porém, as experiências da ajuda mútua e das cooperativas de tipo inferior, eminentemente políticas, decorrentes

das dificuldades históricas, econômicas, sociais e culturais da China, mostravam ser possível adiantar o processo. A cooperação, tendo a ideologia e a política no comando, conduziram à industrialização da agricultura, não o contrário.

O movimento que o artigo de Mao Zedong gerou foi de uma envergadura impressionante. Em 1955, 64,9% das famílias camponesas da China estavam organizadas em algum tipo de movimento cooperativista, sendo 50,7% em grupos de ajuda mútua e 14,2% em cooperativas de tipo inferior. Em 1956 houve uma virada completa: 97,2% de todas as famílias camponesas se encontravam organizadas nos movimentos cooperativistas. Somente 0,9% das famílias continuaram em grupos de ajuda mútua e 8,5% em cooperativas de tipo inferior. 87,8% se associaram a uma nova cooperativa, de tipo superior.

2.5. Cooperativas de tipo superior

Em 1957 existiam 740 mil cooperativas de tipo superior. Cada uma delas possuía uma área média de 140 hectares, onde trabalhavam cerca de 168 famílias. Nas cooperativas de tipo superior, as terras e meios de produção, excetuando uma pequena parcela de propriedade individual, passavam a ser de usufruto ou propriedade efetiva da cooperativa, não das famílias.

A maior parte dos meios de produção também deixava de ser propriedade privada individual e passava a ser propriedade coletiva. As parcelas, os animais, as máquinas e demais instrumentos e ferramentas de trabalho familiares eram entregues à cooperativa como cota-parte de capital, devidamente contabilizado.

O sistema de trabalho também era diferente do adotado nas cooperativas de tipo inferior. Não era mais a família que determinava o tempo ou a jornada que ia trabalhar, nem as atividades agrícolas que ia realizar. Os dirigentes eleitos da cooperativa de tipo superior é que organizavam as equipes de produção conforme as necessidades da produção. Assim, os membros de uma mesma família podiam participar de equipes de produção diferentes.

As equipes de produção eram organizadas segundo as necessidades permanentes e eventuais da cooperativa. Algumas dedicavam-se aos cultivos de cereais, outras à criação de peixes, aves

ou porcos, outras à sericicultura, e assim por diante. As equipes podiam também ser destacadas para a construção de obras de infra-estrutura, como canais de irrigação. Cada equipe elegia seus dirigentes, enquanto a assembléia geral da cooperativa elegia os dirigentes da cooperativa.

Somente após a jornada básica de trabalho, que variava segundo a época do ano, em função de necessidades maiores ou menores (aração, plantio, cultivo, colheita etc), os camponeses podiam dedicar-se à sua parcela de usufruto individual, onde realizavam as chamadas atividades domésticas.

A produção realizada coletivamente pertencia à cooperativa. Uma parte dela destinava-se a pagar a amortização da cota-parte de capital entregue pelos camponeses ao ingressarem na cooperativa. Outra parte destinava-se a pagar os impostos devidos ao Estado. Uma terceira parte destinava-se aos fundos de reserva e bem-estar social dos cooperados. A quarta parte restante remunerava o trabalho dos camponeses.

Para efetivar esta remuneração, as cooperativas de tipo superior utilizavam dois sistemas de pontuação do trabalho: um "de base" e outro de "normas de trabalho", que tinham, em geral, uma escala de 7 a 10 pontos para cada jornada de trabalho. Esses pontos eram determinados conforme a força de trabalho dispendida e com a qualidade do trabalho, o que dependia da avaliação dos chefes de equipe e, em parte, da própria equipe.

Havia a suposição de que todos os camponeses se esforçariam ao máximo pelo progresso comum. Entretanto, dependendo do controle exercido, ocorriam duas situações distintas. No primeiro caso, com um controle severo, os camponeses das equipes tinham dificuldade em alcançar o número de pontos numa jornada comum, obrigando-se a trabalhar mais e abandonando os cuidados com suas parcelas e animais de usufruto e propriedade individual. No segundo caso, com um controle frouxo, os pontos eram obtidos sem muito esforço e boa parte do tempo, que deveria ser dedicado ao trabalho coletivo, era desviado para as atividades domésticas.

Criaram-se, então, distorsões na remuneração dos membros das cooperativas. A essas distorsões juntaram-se outros problemas da economia de então, cujos desdobramentos tiveram conseqüências de longo alcance na evolução da cooperação agrícola e da própria agricultura chinesa, nos 20 anos seguintes, como veremos.

PROCESSO DE COOPERATIVIZAÇÃO

Ano	Total de famílias Organizadas	Em grupos de Ajuda mútua	Em cooperativas de Tipo Inferior	Em cooperativas de Tipo Superior
1950	10,7%	10,7%	-	-
1951	19,2%	19,9%	-	-
1952	40,0%	39,9%	0,1%	-
1953	39,5%	39,3%	0,2%	-
1954	60,3%	58,3%	2,0%	-
1955	64,9%	50,7%	14,2%	-
1956	97,2%	0,9%	8,5%	87,8%

Fonte: Academia de Ciências da China

3. O Grande Salto Adiante e as cooperativas

Para falar sobre a evolução posterior das cooperativas agrícolas chinesas, e sua organização em comunas populares, é indispensável antes falar sobre o que acontecia então com a economia chinesa.

Para sair do atraso, a China havia decidido realizar um processo rápido de industrialização, seguindo o modelo soviético de grandes empresas e prioridade para as indústrias de base (aço, máquinas etc). Entre 1952 e 1957 entraram em operação 100 grandes empresas, tendo sido iniciados 156 projetos prioritários e 694 grandes obras.

A taxa média de crescimento econômico nesses cinco anos variou entre 14% e 19% ao ano. A produção de cimento saltou de 1,35 milhão de toneladas para 5,35 milhões de toneladas. A produção de diversos outros produtos básicos, como carvão, eletricidade e petróleo, dobrou ou triplicou.

O crescimento da produção de artigos de consumo também foi considerável, mas ficou restrito aos bens indispensáveis para garantir a alimentação, vestuário e locomoção da população. E o ritmo de crescimento dessas indústrias foi menor do que o das indústrias básicas.

Para facilitar esse crescimento, as lideranças chinesas empregaram o mesmo processo que acreditavam estar dando certo na agricultura, através da cooperação ou coletivização. Aceleraram a coletivização do artesanato, que enfrentava problemas idênticos aos do campesinato, e apressaram a estatização da economia individual e privada, por meio de associações e confiscos. Em outras palavras,

através de decisões eminentemente políticas, acompanhadas de altas doses de propaganda ideológica, procuraram socializar mais rapidamente a sociedade chinesa em conjunto.

Entretanto, a economia começou a apresentar fraturas que se chocavam com esse desejo de socialização rápida. Começaram a aparecer reclamações dos camponeses e operários. A renda dos primeiros apresentava queda de 20% a 40%, o que os levou a sonegar a venda das cotas obrigatórias de cereais e algodão ao governo e a abandonar as cooperativas. Em 1957, o Estado teve que rever as cotas e incentivar uma certa descentralização das cooperativas. Os operários, por seu turno, queixavam-se do pequeno ritmo de criação de empregos e dos salários baixos.

Acontece que a industrialização pesada era financiada pela transferência de parte da renda da agricultura e dos operários para a indústria. Parte considerável do valor criado pelo trabalho agrícola e pelo trabalho dos operários transformava-se em fundos de investimento industrial, através dos mecanismos de preços e das diferenças de produtividade entre a indústria e a agricultura.

Assim, as queixas tinham procedência. Ao dar-se conta desses problemas causados pela cópia do modelo de industrialização soviética, os líderes chineses empenharam-se em reequilibrar os diversos setores da economia. Voltaram a dar importância ao crescimento da agricultura e da indústria de bens de consumo de massa e, nessa mesma linha de retificação, descentralizaram a economia e a própria gestão da sociedade.

Em lugar de priorizar grandes estruturas produtivas, voltaram-se então para multiplicar bases produtivas de envergadura menor, que pudessem ser gerenciadas pelas próprias localidades. Surgiram projetos de pequenas usinas siderúrgicas, obras hidráulicas, fábricas e uma série de outras iniciativas, a serem conduzidos pelas aldeias, cantões e distritos. Essa multiplicidade de projetos e iniciativas locais levou as autoridades chinesas a supor que isso poderia tornar ainda mais veloz o desenvolvimento econômico.

O movimento do Grande Salto Adiante, iniciado em 1958, é o resultado dessas suposições. Chamou todos os chineses a se lançarem adiante, fixando objetivos elevados, progressos maiores, mais rápidos, melhores e mais econômicos. Suas metas consistiam em quadruplicar a produção de aço entre 1957 e 1959, através dos chamados "fornos de fundo de quintal", e elevar a produção de cereais para 450 milhões

de toneladas, até 1967, por meio do reforçamento do trabalho das cooperativas.

No campo, esse movimento de descentralização apresentou uma bifurcação interessante. Por um lado, deu maiores poderes às autoridades locais para realizar obras de infra-estrutura, instalar indústrias e desenvolver as atividades econômicas. Por outro, obras de infra-estrutura, como as hidráulicas, afetavam inúmeras cooperativas, exigindo acordo e unificação de esforços entre elas. Em outras palavras, exigiam uma centralização ainda maior do que aquela já alcançada pelas cooperativas de tipo superior.

3.1. As Comunas Populares

A unificação de esforços, tendo em vista as metas do *Grande Salto Adiante*, conduziu à formação das Comunas Populares. A primeira surgiu em Hunan, em 1958, e chamava-se Sputnik.

Na sua base continuavam presentes as equipes de produção, compostas por 26 a 50 famílias cada uma, a quem pertenciam as terras em usufruto e os meios de produção menos importantes. Cada equipe trabalhava sobre uma área de 20 a 40 hectares.

No nível intermediário existiam as brigadas de produção, em geral correspondendo a uma ou algumas cooperativas, a quem pertenciam meios de produção mais importantes, como oficinas de reparos e fábricas rurais de porte pequeno e médio.

As brigadas eram consideradas as unidades de contabilidade. A produção das equipes devia ser contabilizada de forma unificada na brigada à qual estavam subordinadas, e não nas equipes. A distribuição dos resultados da produção não era realizada, pois, de acordo com o que cada equipe produzira, mas sim conforme a produção total das equipes pertencentes à brigada.

Uma Comuna englobava até 27 antigas cooperativas, com uma população de 5 mil a 10 mil moradias. Ela administrava os lucros e perdas das brigadas e das agro-indústrias subordinadas diretamente a ela. Cada comuna tinha como objetivo máximo tornar-se autosuficiente do ponto de vista produtivo. A elas também estavam subordinadas as antigas cooperativas de abastecimento, transformadas em empresas autônomas, e as cooperativas de crédito. (Das 740 mil cooperativas de tipo superior resultaram em 26 mil comunas populares).

Na prática, a Comuna transformou-se no escalão de base da administração pública rural, eliminando os órgãos legislativos e executivos de aldeia, povoado, cantão e distrito. Os ganhos das brigadas eram repassados às comunas, que se responsabilizavam pelo pagamento dos impostos e das cotas de cereais e algodão ao Estado e pela divisão do restante em fundos de investimento, custeio e bem-estar social. O que sobrava era repartido entre os comuneiros que trabalhavam nas equipes e brigadas.

Instalou-se o igualitarismo na distribuição da renda em cada comuna. Isso se tornou ainda mais intenso à medida que os camponeses não tinham tempo para cuidar de suas parcelas de usufruto familiar que, num segundo momento, foram simplesmente suprimidas. As atividades produtivas domésticas passaram a ser condenadas como agressões à propriedade de todo o povo.

Isso criou alguns problemas sérios. Temerosos de perder suas criações de suínos e aves, os camponeses começaram a matá-las para alimentar-se, causando uma queda acentuada no rebanho. O governo teve que intervir e autorizar que cada família pudesse criar certo número de porcos e aves.

O sistema de trabalho e de vida nas comunas tornou-se ainda mais militarizado do que nas antigas cooperativas de tipo superior. As equipes de produção operavam como se estivessem numa batalha, comiam nos refeitórios coletivos e participavam juntas das atividades culturais e políticas.

Apesar das diretivas das autoridades centrais de continuar aplicando o sistema de salários, várias comunas colocaram em desuso o antigo sistema de pontos-trabalho (ver Cooperativas de tipo superior) para o cálculo dos ganhos dos membros das brigadas. Passaram a dividir entre eles os cereais que sobravam, após a entrega das cotas ao Estado e a separação das partes destinadas aos fundos de investimento e bem-estar, na suposição de que estavam satisfazendo as necessidades de cada família e eliminando o uso do dinheiro. Isso também criou problemas sérios e teve que ser revisto.

Havia, porém, formas diferentes. Um exemplo é a Comuna Popular de Tuntim, no distrito Vucien, da Província de Jiansu, às margens do lago Taihu. Ela foi formada em 1958, pela fusão de 20 cooperativas de tipo superior, contando com 11 mil famílias ou 45 mil habitantes. Organizou 30 brigadas, englobando 237 equipes de produção dedicadas à lavoura, pesca, sericicultura e plantações de chá Pilotchuen, nêspas brancas e tangerinas.

A Comuna de Tutim passou a ser a própria estrutura de poder de sua circunscrição territorial, fundindo o poder político com a gestão econômica. Administrava a agricultura, a indústria, o comércio, a educação e as questões militares. O órgão dirigente da comuna era seu comitê revolucionário, composto de 36 membros.

A comuna era proprietária de várias oficinas de manutenção, trituração de forragens, olarias, postos de irrigação, fábricas de conservas, viveiros de plantas e peixes. As brigadas também eram proprietárias de oficinas, tratores e outros meios de produção de menor porte. As equipes de produção, por sua vez, eram proprietárias dos recursos hidráulicos e florestais, dos animais de tração, instrumentos agrícolas e máquinas de menor porte tinham o usufruto da terra.

No caso de Tuntim, a equipe de produção era a unidade de contabilidade de base. A equipe nº 8 da brigada de Zenquan era dirigida por um comitê de nove membros, que dirigia 161 comuneiros pertencentes a 46 famílias. Ela possuía o usufruto de cerca de 10 hectares, dividida em 82 parcelas, sendo a maior parte dedicada à produção de arroz. A plantação de amoreiras e o viveiro de peixes ocupava pouco mais de um hectare cada um. Em 1973, a equipe estava produzindo 30 toneladas de arroz.

A produção da equipe, composta da cota obrigatória e dos excedentes, era vendida ao governo, representado pela Comuna. Com o dinheiro obtido, a equipe pagava os impostos devidos e separava a parte destinada aos fundos de reserva e bem-estar. O que sobrava era o rendimento líquido, a ser dividido entre os membros da equipe na forma de salário, de acordo com o número de pontos-trabalho que cada um fornecera durante o ano.

Em outras palavras, esse rendimento era dividido pela soma dos pontos-trabalho da equipe, sendo o resultado o valor do ponto-trabalho unitário. Se esse valor fosse 1,5 yuans (*) e um comuneiro fornecesse 100 pontos-trabalho durante o ano, ele receberia 150 yuans. Em 1973, a equipe nº 8 teve um rendimento líquido de 19.964 yuans, dividido entre os 161 comuneiros que participavam no trabalho coletivo. O salário médio por pessoa foi de 124 yuans.

Além desse rendimento salarial, os comuneiros continuavam possuindo o usufruto de pequenas parcelas em torno de suas casas, onde se dedicavam a ocupações secundárias ou domésticas, que podiam consumir ou vender e transformar em rendimento monetário.

Os seus salários, contas bancárias, casas e outros meios de

vida eram considerados propriedade privada protegida pelo Estado, mas durante a revolução cultural tudo isso foi colocado em questão.

(*) O yuan, ou renminbi, é a moeda nacional chinesa. Em 1973 ela não era conversível, isto é, não tinha correspondência em dólar ou outra moeda estrangeira. Atualmente (1998), 1 dólar vale cerca de 8 yuans. Ou, 1 yuan vale cerca de 12,5 centavos de dólar. Entretanto, a comparação com o valor do dólar não dá uma idéia correta do valor do yuan, porque a moeda chinesa possui um alto valor de compra no mercado interno. Por isso, continuaremos utilizando os valores em yuan.

3.2. Resultados contraditórios

Dentro do espírito do *Grande Salto*, as Comunas fizeram um esforço considerável de investimento produtivo. Edificaram inúmeras fábricas de fundo de quintal, desde pequenos altos fornos para a produção de aço, até indústrias de máquinas agrícolas, peças sobressalentes, adubos, cimento e outros bens.

As obras hidráulicas, destinadas à irrigação e à contenção das cheias dos rios, ganharam uma dimensão impressionante. Em menos de um ano foram incorporados mais de 5 milhões de hectares à superfície irrigada. Em algumas obras de abertura de canais de drenagem, sistematização do solo, construção de diques e casas de bombas, reuniam-se num só dia mais de 50 mil comuneiros. O Estado pagava a construção das pontes e túneis, assim como as ferramentas e os técnicos, mas a força de trabalho das brigadas era de responsabilidade da comuna.

Parcelas importantes da força de trabalho rural eram destinadas, ainda, à construção de estradas, escolas, creches e outras obras de importância econômica e social. Uma febre de trabalho tomou conta de China e as primeiras estatísticas referentes à produção de 1958 mostraram números grandiosos: 350 milhões de toneladas de cereais, 11 milhões de toneladas de aço, 270 milhões de toneladas de carvão, e assim por diante.

As conclusões pareciam evidentes: as Comunas indicariam que era possível alcançar a abundância e a igualdade na distribuição da riqueza social, desde que os homens trabalhassem coletivamente, com consciência e alto nível moral. Aquelas idéias da economia política que

apontavam a necessidade de aumentar primeiro a capacidade das forças produtivas materiais, como condição para socializar a sociedade, estariam erradas.

Entretanto, as coisas eram menos simples do que pareciam. Uma verificação mais cuidadosa sobre a produção agrícola constatou que ela não chegou a 200 milhões de toneladas. A produção de aço foi 3 milhões de toneladas menor do que o anunciado. Outros indicadores produtivos tiveram que ser retificados para baixo, de 20% a 60%. Por outro lado, boa parte do crescimento verificado deveu-se não aos planos do Grande Salto, mas à entrada em operação dos grandes projetos industriais iniciados anos antes.

A experiência dos pequenos altos fornos, em especial, mostrou-se prejudicial. O aço produzido era de baixa qualidade ou imprestável. O transporte de carvão e minério para fornos espalhados por todo o país atrapalhou o transporte da safra, causando desperdícios e aumentando os preços dos alimentos. Em 1959 e 1960 os problemas foram agravados por sérias calamidades naturais. A produção de cereais baixou para 175 milhões de toneladas em 1959 e para 150 milhões de toneladas em 1960, causando escassez de alimentos e de matérias primas agrícolas no país.

Os dirigentes, porém, não relacionaram esses problemas aos novos sistemas de organização do trabalho, distribuição de renda e comercialização da produção. Ou mesmo ao baixo nível das forças produtivas da sociedade chinesa. Ao contrário, relacionaram todos os problemas às calamidades naturais e à ação das forças espontâneas capitalistas, como as atividades produtivas domésticas, a comercialização privada nas feiras rurais e a busca de rendas mais elevadas por parte dos camponeses.

3.3. Reajustamentos

Todos aqueles problemas sofreram, ainda, a interferência de acontecimentos internacionais diversos, como as mudanças políticas na União Soviética, o rompimento do acordo de cooperação desta com a China, a guerra do Vietnã, o desenvolvimento das lutas de libertação nacional em vários países do mundo e diversos outros acontecimentos que marcaram a chamada Guerra Fria.

De qualquer modo, entre 1960 e 1966 houve, na China, uma

série de tentativas de corrigir os problemas surgidos durante o *Grande Salto Adiante*, inclusive no âmbito das comunas populares. Os camponeses, em especial, escaldados pelos dois anos catrastóficos de queda da produção agrícola, procuraram saídas. Fugiam ao controle centralizado das comunas e procuravam fazer com que as próprias equipes de produção tivessem seus planos e suas formas de organização.

Algumas comunas, como Tutim, já vinham aplicando uma contabilidade que distribuía a renda de acordo com a produção de cada equipe. Isso criava diferenças de renda entre as equipes e entre os comuneiros, mas permitia elevar o interesse dos camponeses e aumentar a produção. Esse exemplo levou grande parte das demais comunas a adotar o mesmo sistema.

Como decorrência, para superar a escassez foram fechados os refeitórios coletivos e gratuitos, permitiu-se maior dedicação dos camponeses às atividades domésticas e foi confirmado o direito de vender os excedentes no mercado livre. Os pequenos altos fornos e outras unidades industriais não rentáveis foram abandonados. Os traços positivos das comunas foram mantidos: utilização do potencial de mão de obra inativa, uso intensivo dos investimentos em trabalho, melhoria e conservação permanente do solo e modernização do artesanato.

Entretanto, as pressões para a extensão ainda maior das parcelas familiares, ampliação do mercado livre, multiplicação das pequenas empresas que pudessem dispor de seus lucros e responsabilizar-se por suas perdas, e permissão para atividades econômicas individuais, foram rejeitadas sob a alegação de serem burguesas ou capitalistas.

As 26 mil comunas que existiam entre 1960 e 1964, cada uma englobando em média 4300 hectares, cultivados por 10 mil trabalhadores - 2,3 trabalhadores por hectare cultivado - mantiveram seus três níveis de propriedade (equipe, brigada e comuna), mas transferiram a contabilidade para a equipe, restabelecendo o valor dos pontos-trabalho.

Esses reajustamentos permitiam a melhor utilização das novas bases produtivas criadas durante o *Grande Salto*. As obras hidráulicas, o saneamento, a melhor conservação do solo, o reflorestamento e o desenvolvimento de pequenas fábricas rurais haviam estabelecido as condições para a elevação da produtividade agrícola, desde que a organização do trabalho estimulasse os camponeses.

A retomada de produções mais elevadas, afastando o perigo da fome, em decorrência dos reajustamentos implementados, não

resolveu porém o rumo que o país deveria efetivamente seguir. Uma grande disputa ideológica e política dividiu a sociedade chinesa. De um lado estavam aqueles que consideravam necessário abrir um amplo leque de oportunidades para o desenvolvimento das forças produtivas do socialismo, mesmo que isto configurasse um certo crescimento das atividades privadas e, portanto de elementos capitalistas. De outro, os que defendiam que o problema principal consistia no aperfeiçoamento das relações de produção socialistas, através da ação e da luta ideológica e política.

Essa disputa desembocou na revolução cultural, a partir de 1966, que vai ter consequências profundas não só sobre toda a sociedade chinesa, mas também sobre os rumos do seu cooperativismo agrícola.

3.4. As tensões da revolução cultural

A revolução cultural consistiu num poderoso movimento de massas, dirigido por Mao Zedong e pelos defensores do aperfeiçoamento das relações de produção socialistas, através da ação e da luta ideológica e política. Coletivização, igualitarismo e democracia direta eram os grandes referenciais. O desenvolvimento ininterrupto das relações de produção socialistas, baseadas nos ganhos iguais e no modo igual de vida, independentemente do nível alcançado pelas forças produtivas, era perseguido como a forma mais segura de liquidar completamente o sistema de exploração de classes.

Salário igual para trabalho igual tornou-se sinônimo de incentivo material e mercantilismo. Em seu lugar foi implantado o sistema de salário fixo e igual para todos. Incentivos materiais de qualquer tipo, como prêmios em dinheiro por elevação da produtividade, eram considerados crimes de suborno ou assemelhados e foram abolidos.

As feiras e o comércio, assim como a moeda, eram vistos como remanescentes capitalistas. Em seu lugar seria necessário implantar um sistema em que os artigos de consumo fossem distribuídos diretamente pelo Estado, de conformidade com as necessidades de cada um. As feiras foram proibidas, mas não foi possível liquidar o comércio nem a moeda, pois isto poderia representar o caos na distribuição.

Pensava-se que, se os operários e os camponeses se apoiassem nas próprias forças, eles seriam capazes de superar todos os problemas

técnicos e econômicos e alcançar as metas mais ousadas. As comunas populares do período do Grande Salto, em que todos trabalhavam como se estivessem em plena batalha e todos comiam do mesmo pote de arroz, voltaram a ser o exemplo para todos e, inclusive, para os operários urbanos. Em 1967, Shanghai e outras cidades chinesas tentaram transformar-se em comunas, mas isso quase levou a China à guerra civil.

Em 1968, diante do perigo de divisão do país, da queda da produção agrícola e industrial, em suma, do verdadeiro caos em que a China mergulhara, como reconheceu o próprio presidente Mao Zedong em entrevista ao jornalista Edgar Snow, a revolução cultural começou a perder intensidade. Embora nos níveis do poder político e social as disputas ideológicas e políticas continuassem intensas, na base da sociedade começaram reações diversas para encontrar novos caminhos.

Os camponeses voltaram-se primeiro contra o igualitarismo. A proibição de realizar atividades produtivas domésticas (criação de aves e pequenos animais, plantio de hortas, produção artesanal etc), e da comercialização dessa produção nas tradicionais feiras rurais das aldeias e pequenas cidades do interior, causava não só escassez de uma série de produtos indispensáveis à alimentação da população urbana, como prejudicava o próprio padrão alimentar do campesinato.

Em vista disso, diversas equipes de produção resolveram estimular formas de organização do trabalho mais compatíveis com as forças produtivas e a consciência dos camponeses, incluindo o trabalho familiar e as atividades produtivas domésticas. Outras aboliram o sistema de salários fixos e iguais para todos e retomaram o sistema de salários por pontos-trabalho, o que permitia que os que trabalhassem mais e melhor ganhassem mais.

As práticas de requisitar grãos dos camponeses para aumentar a acumulação coletiva, às custas das rações individuais, foram proibidas. O próprio Mao Zedong atacou os que confiscavam bens e parcelas dos camponeses, estabelecendo um igualitarismo artificial. Assim, no novo projeto de Constituição de 1970, os três níveis articulados de propriedade rural - comuna, brigada e equipe - foram reconfirmados ao lado do direito dos camponeses se utilizarem de suas parcelas individuais de terra e desenvolverem atividades domésticas produtivas.

A revolução cultural arrastou-se porém, até 1976. Nesse período de seu declínio, degaste e isolamento, não ocorreram mudanças

significativas na situação das comunas populares. Mas algumas práticas adotadas pelos camponeses em suas equipes de produção, como os contratos de responsabilidade entre a equipe e as famílias que a compunham, pelos quais estas se comprometiam a cultivar a terra por conta própria, garantindo a venda das cotas e o pagamento dos impostos e taxas ao Estado, começaram a se espalhar.

4. Os reajustamentos de 1978

Do fim da revolução cultural, em 1976, ao início das reformas, em 1980, há um profundo e amplo debate sobre a experiência de construção do socialismo na China. Nesse contexto, tendo em conta a situação deixada pela revolução cultural, foram também discutidas e adotadas medidas de reajustamento.

A economia apresentava uma séria tendência para a estagnação. A agricultura não conseguia romper o patamar de 300 milhões de toneladas de grãos, enquanto a população alcançava o expressivo número de um bilhão de pessoas. Em 1978, cerca 3/4 da população economicamente ativa do país (mais de 314 milhões de pessoas) trabalhavam na agricultura para alimentar 800 milhões de habitantes rurais e mais de 200 milhões de habitantes urbanos.

Para complicar ainda mais, a China contava com pouco mais de 100 milhões de hectares de terras aproveitáveis. Ou seja, 0,19 hectares por habitante. Em outras palavras, para alimentar 22% da população do globo, ela só contava com 7% das terras agricultáveis do planeta.

Assim, para elevar a produção de alimentos, ela não poderia contar com a incorporação de novas terras, a não ser em pequena escala. Também ainda não podia contar com a contribuição da ciência e de tecnologias avançadas, visto que se encontrava bastante atrasada nesse terreno. A estrutura da produção agrícola não fora modificada no curso dos processos de cooperação.

Havia um predomínio quase absoluto da produção de cereais, principalmente arroz e soja, enquanto a pecuária, a silvicultura e outras atividades rurais eram pouco desenvolvidas, causando distorções no padrão alimentar da população. Em 1979, 3/4 das receitas da economia rural provinham dos cultivos agrícolas, 76% delas correspondendo à produção de cereais.

Além disso, a produtividade por hectare continuava muito baixa,

se comparada com a dos países de agricultura desenvolvida. Granjas estatais e cooperativas de alto rendimento apresentavam produtividade bem menor do que as fazendas de produção de trigo americanas ou europeias. Na prática, apesar do sistema de cotas obrigatórias de venda ao Estado, este só conseguia adquirir 20% do valor global da produção agropecuária chinesa, o restante sendo consumido pela própria população rural.

As formas de organização do trabalho até então adotadas não levavam em conta o baixo desenvolvimento científico e técnico do campo chinês - ou seja, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas - sendo responsáveis pela manutenção de uma baixa produtividade, embora superior aos níveis do passado. As formas de gestão também eram responsáveis por desperdícios, burocratismo e ineficiência. A excessiva coletivização do trabalho e a busca a qualquer custo do igualitarismo da renda, a pretexto de realizar uma democratização massiva e evitar uma diferenciação entre camponeses mais ricos e menos ricos, criava um círculo vicioso que atava a agricultura chinesa.

Como a distribuição igualitária da renda rural era feita independentemente do trabalho real desenvolvido, as equipes mais atrasadas, mesmo que isto fosse por relaxamento, acabavam sendo premiadas às custas das mais produtivas, e os mais preguiçosos às custas dos mais esforçados.

Num país em que a mecanização agrícola ainda era muito incipiente e o trabalho manual predominante, as formas excessivamente coletivas de organização do trabalho e de distribuição de renda poderiam ser eficazes em certos momentos ou situações, mas em geral diminuíam a iniciativa, o entusiasmo e a produtividade dos camponeses.

4.1. Retirando lições da história

O exame desses nós da agricultura chinesa foi o primeiro passo de reajustamento da economia, após a revolução cultural. A China se deu conta de que a subordinação dos planos das comunas populares aos planos do Estado, que se baseavam em diretivas gerais, era irracional. Amarrava os camponeses a metas rígidas, os impedia de escolher as formas de organização do trabalho mais convenientes e desprezava qualquer tipo de estímulo econômico ao trabalho e à eficiência.

A idéia de que a cooperação deveria suprir tais estímulos e superar

as dificuldades encontrava obstáculos crescentes. Era preciso admitir que a cooperação surgia como resposta positiva a necessidades históricas concretas, mas que tão logo tais necessidades amainavam, a cooperação poderia perder força e até transformar-se em seu contrário.

Durante a Guerra de Resistência ao Japão, como se viu, a cooperação entre os soldados e os camponeses foi fundamental para vencer o perigo da fome que rondava as bases revolucionárias. Esse tipo de cooperação, porém, foi ditado por necessidades absolutas e tinha uma natureza eminentemente política. Não era o modo de produzir que impunha a cooperação. A cooperação é que se impôs ao modo de produzir, modificando-o momentaneamente.

Essa experiência foi retomada de forma mais extensa após a reforma agrária, primeiro impulsionada pela luta entre camponeses pobres e camponeses ricos, depois pelas dificuldades da construção socialista. Durante mais de 20 anos, a cooperação agrícola chinesa foi ditada por exigências ideológicas e políticas, na tentativa de resolver os problemas produtivos e as questões sociais das populações camponesas.

Mais uma vez, não foi o modo de produzir, com suas técnicas, máquinas e tecnologias, que impôs a cooperação. Foi a cooperação, como decisão política, que tentou se impor a um modo de produzir de técnicas rudimentares e tradicionais, basicamente apoiado no trabalho manual. Seus resultados, como vimos, foram positivos numa série de aspectos que melhoraram as condições da produção agrícola da China.

No entanto, na ausência de uma indústria tecnicamente avançada, que pudesse lhe fornecer os equipamentos, tecnologias e conhecimentos científicos e modificassem sua estrutura de trabalho, a agricultura chinesa permanecia amarrada à necessidade de produzir manualmente e com técnicas tradicionais. Isto se chocava com a cooperação.

É verdade que nas granjas e fazendas estatais, consideradas o exemplo para o futuro da agricultura chinesa, a cooperação se impunha de outra forma. Organizadas a partir dos anos 50, durante o curso da reforma agrária, as fazendas estatais eram de propriedade social, operadas por funcionários e trabalhadores públicos e geridas pelo Estado.

Nelas foram introduzidas máquinas, equipamentos e procedimentos científicos, que impunham à agricultura um modo de produzir industrial, no qual a cooperação no trabalho ocorria como uma necessidade econômica e técnica, não como uma decisão política. As

granjas e fazendas estatais correspondiam, porém, a uma parcela reduzida do total da agricultura chinesa, porque sua multiplicação dependia fundamentalmente da capacidade industrial do país.

O exame dessas lições da história da cooperação na China conduziu, por outro lado, ao exame das experiências agrícolas dissidentes que obtinham resultados mais favoráveis. Algumas equipes de produção vinham adotando o citado sistema de contrato com grupos e famílias camponesas. A equipe cedia, sob contrato, uma certa extensão de terra, de propriedade da brigada, a grupos e famílias interessados. Estes se obrigavam, em contrapartida, a produzir um volume mínimo de cereais, a ser vendido ao Estado, e a pagar sua cota dos impostos devidos pela equipe. O que o grupo, ou a família, produzisse além desse mínimo, poderia ser comercializado por ele, e o resultado empregado de acordo com suas próprias necessidades e decisões.

Além disso, o grupo ou a família poderia se organizar para o trabalho da forma que considerasse mais conveniente, seja para a produção dos cereais contratados, seja para o desenvolvimento de suas atividades domésticas. Decidia o tempo de trabalho, as formas de cultivo, os rodízios de tarefas e tudo o mais. Passava a ser responsável direto por seus ganhos ou por seus prejuízos.

Algumas dessas experiências mostraram um resultado surpreendente. Algumas delas fizeram com que a renda familiar saltasse de 41 yuans, em 1977, para 311 yuans, em 1979. Essas experiências dissidentes, porém, apesar de apontar para uma possível superação dos nós que atavam a agricultura chinesa, quase sofreram interrupção, quando foram descobertas por quadros e autoridades governamentais zelosas contra desvios capitalistas.

Elas traziam embutida, é verdade, uma contradição entre a perspectiva socialista do trabalho coletivo e a prática camponesa do usufruto familiar da terra e da produção. Ou como era dito durante a revolução cultural, elas tinham um rabo capitalista, pois seu livre desenvolvimento poderia gerar espontaneamente o capitalismo. A introdução do trabalho familiar e individual entrava em choque com o antigo sistema de organização das equipes de produção.

Antes, estas decidiam as formas de trabalho, gerenciavam a produção, relacionavam-se com o mercado e com as empresas de comercialização estatais ou cooperativas, e realizam a contabilidade. Com a adoção do contrato de responsabilidade entre a cooperativa e as famílias, todas essas funções passaram a ser exercidas pelas famílias.

Se o Estado não tivesse o cuidado de definir, no contrato de responsabilidade, o tipo básico de produto agrícola a ser produzido e vendido ao governo, as famílias camponesas tenderiam a produzir o que lhes oferecesse o melhor preço (por exemplo, melancias em lugar de arroz ou trigo), causando escassez de cereais e problemas derivados.

Além disso, as famílias que estivessem nas melhores terras, ou mais próximas dos centros urbanos e das vias de transporte, teriam uma vantagem que as levaria a enriquecer-se primeiro do que as demais, causando diferenciações e polarizações sociais.

Todas essas lições e problemas estavam presentes quando o Estado chinês iniciou o processo de reajustamento da agricultura chinesa.

4.2. Os pontos do reajustamento

De imediato, o Estado abandonou a pretensão de ter tudo estatizado, reajustando o conceito de construção econômica. Os investimentos deveriam ser realizados tendo como objetivo central a melhoria das condições de consumo da população. E o aumento da acumulação deveria ser obtido principalmente através de investimentos no fator trabalho. A agricultura era a chave econômica para reformar todo o sistema econômico e social no sentido socialista.

A primeira medida concreta foi o reajustamento do preço pago aos camponeses pela cota de venda obrigatória ao Estado, elevado em 20%. O governo também decidiu pagar 50% a mais pelos cereais que excedessem as cotas obrigatórias. Em sentido contrário, os produtos industriais destinados ao campo tiveram seus preços rebaixados entre 10 e 15%.

As feiras livres e os mercados rurais foram completamente reabertos e os camponeses foram incentivados a vender neles os seus excedentes e a produção advinda das atividades domésticas. Com esses reajustamentos, o Estado pretendia diminuir a diferença de renda entre os camponeses e os trabalhadores urbanos e reduzir a disparidade que existia entre a agricultura e a indústria, mesmo que isso representasse um aumento dos encargos financeiros do Estado.

Em dezembro de 1978 o governo estendeu a todo o país o *sistema de contrato de responsabilidade* com equipes, grupos e famílias camponesas. Como se viu, o contrato estipula a superfície de terra sob responsabilidade do grupo ou família, o tipo e a produção mínima a

ser obtida, a cota a ser vendida ao Estado, a quantia a ser paga à cooperativa para a constituição dos fundos de acumulação e bem-estar, a quantidade de adubos que o Estado deve fornecer e os trabalhos de aração e cultivo que a cooperativa deve realizar para o contratante.

O sistema de responsabilidade passou a fazer parte, mas adiante, da própria Constituição da República Popular da China e da nova Lei Agrária promulgada posteriormente. A propriedade jurídica da terra continuou pertencendo à nação, cabendo ao Estado a sua gestão. A cooperativa é a unidade coletiva que exerce a propriedade da terra na base da sociedade. A terra não pode ser vendida, nem sua área pode sofrer mudanças que interfiram negativamente na infraestrutura pertencente às cooperativas.

Entretanto, uma vez assinado o contrato, o grupo ou a família camponesa transforma-se em proprietária efetiva da terra e dos meios de produção. Isto é, embora não seja proprietária jurídica da terra, a família torna-se proprietária efetiva pelo direito de usufruto, durante a vigência do *contrato de responsabilidade*.

Na prática, é como se a família arrendasse a terra por 20 anos, cabendo-lhe decidir quase tudo sobre seu uso. Ela passa a ser a entidade elementar autônoma de produção e gestão, com a diferença de que não paga renda sobre a produção, já que na China os impostos rurais recaem sobre a terra. Assim, quanto maior o rendimento da terra e do trabalho familiar, maior o ganho do camponês.

Por outro lado, justamente pelo fato das cooperativas possuírem instalações hidráulicas, máquinas agrícolas, silos e outros equipamentos e instalações impossíveis de serem repartidos, elas continuaram como elementos importantes para o bom andamento dos contratos de responsabilidade. A economia coletiva, estatal e cooperativa, manteve o predomínio da economia agrícola, com os grupos e famílias sob contrato de responsabilidade recorrendo a elas para o fornecimento de máquinas, equipamentos, água para irrigação e outros auxílios, pagando na safra por esses fornecimentos.

Desse modo, diversificaram-se as formas de propriedade no campo chinês, a partir do final de 1978. As formas sociais continuaram presentes, seja através da forma estatal das granjas e fazendas, seja através da forma cooperada ou coletiva. Mas, com a adoção do *sistema de contrato de responsabilidade* e o ressurgimento da propriedade privada, na forma grupal, familiar e individual, a unificação através da cooperativa ganhou uma nova feição.

A propriedade coletiva ou cooperativa dos meios de produção ganhou a forma mais comum de cooperativa por ações. Todo o capital da cooperativa, isto é, os meios de produção, ou ativos, é inventariado e convertido em ações. Estas estão distribuídas entre os agricultores, os trabalhadores, o governo local e o fundo coletivo.

É como se fosse uma sociedade por ações, com a diferença que a posse de maior número de ações não permite maior número de votos para dominar a cooperativa. Cada acionista ou membro da cooperativa possui só um voto para eleger o Conselho de Administração. Sua vantagem é que receberá renda maior se tiver mais ações. Por outro lado, através das ações, a cooperativa aumenta sua capacidade de captar mais fundos para investimentos.

Surgiram também as propriedades por arrendamento. O Estado central ou local, ou as cooperativas, podem arrendar a indivíduos ou grupos, por quantia determinada em contrato, parcelas de terras, empresas industriais ou equipamentos. Durante o período de vigência do contrato, o arrendatário tem o direito de agir sobre o bem arrendado como se fosse proprietário privado. No caso de grupos, sua sociedade também pode ser por ações, mas eles não são considerados grupos cooperativos, mas sim grupos privados.

Pela Lei de Participação nas Cooperativas, de 1987, as ações das cooperativas também podem ser de vários tipos. As ações de capital estão somente relacionadas à terra e às edificações. Ou seja, só pagam dividendos do rendimento da terra e das edificações.

As ações de oferta de trabalho estão relacionadas a fundos especiais para a criação de postos de trabalho. As ações de trabalhadores destinam-se aos trabalhadores empregados das cooperativas, que passam a ter participação na propriedade coletiva. E as ações públicas abrem a possibilidade do público em geral ter participação na propriedade cooperativa. Dessa maneira, a poupança social pode ser melhor aproveitada pela cooperativa para seu desenvolvimento, ao mesmo tempo que abre novos canais de renda para os cooperados e trabalhadores em geral.

Essa diversidade de formas de propriedade das cooperativas também produziu diferenciação nas próprias cooperativas. Atualmente elas podem ser coletivas, quando os próprios membros da cooperativa são os donos das ações. Podem ser de participação combinada, quando dois ou mais agricultores se unem com capital para participar da cooperativa. Podem ser integradas, quando a cooperativa se associa,

por meio de ações, a empresas municipais para compartilhar meios de produção. E pode, ainda, ser de integração múltipla, quando uma cooperativa, por meio de ações, se associa a empresas estatais, a outras cooperativas, a instituições científicas ou mesmo a empresas estrangeiras.

As formas de gestão também se diversificaram. Nas granjas e fazendas estatais, assim como nas equipes e brigadas de produção, foi reintroduzido o sistema de assembleias democráticas para discutir os planos de trabalho, assim como para eleger seus dirigentes. Mas nas unidades grupais, familiares ou individuais privadas, a escolha da gestão fica a cargo dos próprios camponeses envolvidos.

5. Os desdobramentos da reforma

Os resultados imediatos dos reajustamentos foram a pronta elevação da produção de cereais, de 304 milhões de toneladas em 1978, para 332 milhões em 1979 (mais de 9%), o aumento considerável da oferta de produtos agrícolas diversificados nas feiras rurais e nos mercados urbanos, o crescimento dos estoques reguladores e estratégicos do país, e a elevação rápida da renda camponesa.

Entretanto, tais resultados não tinham força para modificar em profundidade os problemas estruturais da agricultura chinesa. A área cultivada por habitante continuava decrescendo, tendo em conta o crescimento da população e a limitação das terras agricultáveis. A elevação da produção e da produtividade tendia a expulsar trabalhadores das atividades agrícolas.

Embora a distribuição da renda agrícola fosse relativamente equilibrada (máximo de 10 para 1), as famílias e grupos que estabeleceram contratos com cooperativas mais prósperas tendiam a beneficiar-se disso e elevar sua renda mais rapidamente do que os camponeses das regiões mais pobres. Em 1979 existiam 771 distritos (correspondentes aos municípios brasileiros), 1/4 do total dos distritos da China, considerados pobres, cuja renda por habitante era inferior a 120 yuans e 200 kg de cereais, por ano.

Nas zonas rurais havia, ainda, um predomínio quase absoluto da produção agrícola (70% do valor total) sobre a industrial (30% do valor total). Na produção agrícola, os cereais predominavam, contra uma pequena participação dos cultivos de matérias primas para a

indústria, das pastagens e da pecuária. A ciência e a tecnologia agrônômica continuavam a ser empregadas em pequena escala.

Tudo isso demandava um processo de reformas mais profundo e de mais longo alcance. Iniciadas em 1980, as reformas econômicas, sociais, políticas, educacionais, científicas, tecnológicas e culturais, incluídas as reformas na agricultura, se propunham modificar a fisionomia do socialismo chinês, tendo como objetivo um desenvolvimento material que permitisse à maioria do povo chinês alcançar, por volta do ano 2010, um padrão de vida medianamente abastado e culturalmente elevado.

5.1. Linhas das reformas agrícolas

As reformas na agricultura, iniciadas em 1980, davam continuidade aos reajustamentos de 1978. Suas linhas principais consistiam em: 1) reformar a organização do trabalho, 2) ampliar a liberdade de iniciativa dos camponeses, 3) abrir canais diversificados de comercialização, 4) aumentar a produção de cereais e de outros produtos agrícolas e pecuários e 5) elevar a produtividade do trabalho, reajustando toda a estrutura produtiva da agricultura.

As reformas na organização do trabalho e na ampliação da iniciativa dos camponeses abrangiam a consolidação dos contratos de responsabilidade com as famílias rurais, o fomento à industrialização rural, a extensão do sistema de responsabilidade às granjas e fazendas estatais, e a transformação das empresas rurais de propriedade estatal e cooperativa em corporações ou companhias integradas. Nessa mesma linha encontra-se a multiplicação de associações camponesas voltadas para a investigação e a difusão científica e de grupos e redes de assistência agrônômica.

A abertura de canais de comercialização não se restringia aos canais estatais de compra da produção e às feiras rurais. Referiam-se também à ampliação do raio de ação e das atividades das Cooperativas de Abastecimento e Comercialização como principal canal entre os produtores e o mercado.

O aumento da produção agrícola, embora mantendo a prioridade da produção de cereais, deveria diversificar-se. Era necessário não só ampliar o número de famílias dedicadas a cultivos comerciais e especializados, mas garantir que este processo ocorresse de forma

voluntária e tendo por base a ajuda mútua no financiamento. Nesse sentido, as Cooperativas de Crédito Rural ampliaram seu papel de ponte entre o Banco de Desenvolvimento Agrícola e os produtores nos financiamentos à agricultura chinesa.

Em 1983 já existiam 25 milhões de famílias especializadas, cada uma produzindo em áreas médias de 3 hectares. Elas estavam voltadas fundamentalmente para as culturas ou criações comerciais de alto rendimento. Como as demais famílias camponesas, elas assinaram o contrato de responsabilidade. O Estado garantia a compra de parte da produção pelo preço de garantia, fornecia os insumos básicos e prestava assistência técnica à produção e à comercialização.

Finalmente, a elevação da produtividade estava ligada à capacidade da indústria em fornecer máquinas e equipamentos modernos à agricultura, e à capacidade desta em adquirir tais equipamentos e absorver os avanços científicos e tecnológicos. Desse modo, as cooperativas passaram a assumir o apoio técnico à produção e à comercialização, realizar a administração e coordenação dos trabalhos agrícolas das unidades familiares e redistribuir o capital da cooperativa em função do financiamento empresarial e da diversificação especializada.

5.2. A reorganização do trabalho

Já vimos em que consistiu o retorno às formas familiares e individuais de produção camponesa, através dos *contratos de responsabilidade*. Entretanto, a reforma na organização do trabalho na agricultura chinesa não ficou limitada a isso, embora abrangendo a maior parte das famílias rurais.

Ela se estendeu também às empresas de propriedade estatal, as chamadas granjas e fazendas coletivas. Essas empresas ocupavam, na década de 70, cerca de 9% da força de trabalho das comunas rurais. Além de cultivarem o solo e desenvolverem atividades pecuárias, elas possuíam pequenas indústrias rurais. Em 1978, o valor de sua produção alcançara 20% do valor global da produção rural e 9% do valor de toda a produção industrial.

No entanto, o déficit dessas empresas era enorme (90 milhões de yuans, em 1978). Como os salários e benefícios de seus trabalhadores não estava associado a seus resultados econômicos e financeiros, o grau de eficiência econômico era baixo e gerador de déficits.

Para modificar essa situação deficitária o governo democratizou o processo de gestão dessas empresas, através do sistema das assembleias de trabalhadores e funcionários, estendeu a elas o contrato de responsabilidade lhes deu autonomia para atuar no mercado. A assembleia passou a ser o órgão decisório para a adoção dos planos de produção e distribuição dos resultados das fazendas estatais. Mesmo porque, a responsabilidade pelos lucros e perdas, pelo contrato firmado entre a assembleia e o Estado, passava a ser de todos os membros das empresas.

Os salários passaram a depender dos resultados, sendo constituído de uma parte fixa e outra flexível. Quanto maior fosse o rendimento da empresa, maior seria a parte flexível do salário, estipulada em pontos-trabalho de acordo com a produtividade de cada trabalhador e sua participação nos resultados produtivos. A autonomia de atuar no mercado permitia a diversificação do processo produtivo para atender as demandas do mercado.

As antigas oficinas e pequenas fábricas foram transformadas em unidades industriais de fabricação de bicicletas, motocicletas, aparelhos elétricos, roupas, alimentos processados e outros bens. Essas mudanças permitiram superar os déficits, elevar a produção e a produtividade e, mais do que isso, começaram um movimento que, embora articulado com o sistema de responsabilidade familiar, é de sentido contrário.

Tendo por base a necessidade de integrar a produção agrícola, pecuária e piscícola à elaboração industrial dessa produção e às demais atividades industriais, comerciais e financeiras, algumas granjas e fazendas estatais realizaram processos de fusão e formaram corporações, companhias agro-industriais integradas ou grupos agroindustriais. Todos esses nomes querem dizer a mesma coisa: a união de algumas fazendas estatais numa única unidade empresarial, que integra agricultura, indústria e comércio.

A corporação encarrega-se da administração econômica das granjas e empresas industriais e comerciais, fixa os índices de produção que elas devem cumprir e os produtos que devem entregar e vender. Depois de pagar os impostos e descontar uma parte do lucro para a corporação, o resto fica à disposição das granjas e das empresas.

As corporações integram, atividades agrícolas, pecuária, piscicultura, diversos tipos de indústrias rurais, comércio e serviços. Ao contrário das comunas, em que havia departamentos estanques para

cuidar da agricultura, da indústria e do comércio, as corporações integram esses diferentes tipos de atividades de forma mais flexível.

Elas podem, por exemplo, integrar a seu sistema empresarial famílias privadas, especializadas na produção de determinados produtos agrícolas ou pecuários, como a criação de vacas e a produção leiteira. Elas pagam preços mais compensadores e prestam assistência técnica a essas famílias, tendo em conta as vantagens que auferem ao vender o leite e seus derivados diretamente no mercado.

O exemplo da fusão das fazendas estatais, conduziu as cooperativas a se transformarem também em corporações, companhias ou grupos agroindustriais e comerciais. Tendo por base suas antigas oficinas, responsáveis pela fabricação das peças e acessórios de suas máquinas e veículos, transformou-as em pequenas indústrias voltadas para atender as demandas do mercado local e regional. Ao lado disso, ampliou suas antigas oficinas de confecção de roupas e utensílios, tornando-as indústrias de vulto.

Em 1984, já existiam 2 milhões de empresas industriais de corporações rurais, onde trabalhavam 60 milhões de trabalhadores, cerca de 16% da força de trabalho rural. Elas produziam 20% do valor global da produção industrial do país, 25% do carvão e mais de 50% das roupas e materiais de construção. Em 1997, o número dessas empresas rurais subiu para mais de 6 milhões, englobando 135 milhões de trabalhadores, cerca de 40% da força de trabalho rural. Sua produção alcançou 1/3 do valor do produto interno bruto (PIB) de todo o país.

A Companhia Conjunta Agro-Industrial-Comercial de Beijing é um exemplo desse processo de formação de corporações. Ela ocupa 80 mil hectares, 45 mil dos quais cultivados. Sua estrutura compreende 16 granjas estatais, 6 centros de processamento de alimentos derivados de cereais, 666 hectares de tanques para criação de peixes e pastos e estabulos para a criação de 50 mil vacas leiteiras. Além de empregar 60 mil trabalhadores e funcionários, ela integra grupos cooperativos e indivíduos privados, aos quais pertencem 10 mil das 50 mil vacas leiteiras que cria.

Ou seja, ela combina a propriedade social da terra com a utilização de diferentes formas de organização do trabalho rural. A forma predominante, neste caso, é a estatal, mas utiliza-se também do modo de produção camponês familiar. Há casos em que a predominância nas corporações agroindustriais é das cooperativas, com ampla combinação com as formas familiares especializadas de produção.

Inadequadas a essas novas articulações, as comunas populares foram extintas em 1985.

A produção familiar provavelmente não teria alcançado a pujança atual se não houvessem as cooperativas e as empresas agrícolas estatais, com uma infra-estrutura que dá às unidades familiares uma base segura de desenvolvimento. Por outro lado, sem o retorno às formas familiares de produção rural, que permite à maioria dos camponeses produzir de acordo com as forças produtivas reais que têm à sua disposição, não teria sido possível ampliar a produção, criar um forte mercado interno nas zonas rurais e liberar as empresas estatais e coletivas mais avançadas para investir em ciência e tecnologia e preparar o campo chinês para o salto do futuro.

5.3. Força de trabalho excedente e industrialização rural

Convém retomar pontos tratados acima, mas de forma dispersa. O primeiro diz respeito aos problemas que um aumento rápido da produtividade agrícola na China causariam em relação ao emprego da força de trabalho rural. A limitação da área agricultável não permitiria a criação de frentes de expansão agropecuária, que assimilassem os excedentes populacionais.

A indústria e os serviços urbanos, por outro lado, há muito aplicavam o sistema de 3 pessoas para um mesmo trabalho. Isto mantinha alto o emprego urbano, mas causava problemas de produtividade e rentabilidade. Qualquer reforma tendente a elevar a produtividade industrial também teria que se defrontar com a criação de trabalhadores urbanos excedentes.

Em ambos os casos, não estamos falando de um a dois milhões de trabalhadores. Estamos falando de um país que precisa criar mais 14 milhões de novas vagas de trabalho por ano. Havia, pois, o perigo de êxodo de grandes massas dos campos para as cidades durante o processo de reforma e de elevação da produtividade da agricultura.

Esse perigo tem sido em parte afastado com a industrialização rural citada acima. Entretanto, quando se fala em industrialização rural, o entendimento comum é de que estamos nos referindo à formação de agro-indústrias, ou à industrialização da própria agricultura, com a utilização de técnicas modernas de cultivo, colheita, armazenagem e processamento dos produtos agrícolas.

A aldeia Nanjie, em Henan, é um exemplo desse processo. Seus três mil habitantes, organizados em cooperativa, viviam exclusivamente do trabalho agrícola. Todas as suas terras eram agricultáveis, mas a produção de trigo e outros cereais não era suficiente para elevar sua renda. Decidiram, então, processar os cereais, instalando empresas processadoras de farinha, sopas, macarrão e cerveja.

No curso de vários anos, instalaram 26 empresas, algumas delas empresas mistas em associação com companhias do Japão e Coréia do Sul, elevando sua renda global. Isto lhes permitiu comprar máquinas e equipamentos avançados para os trabalhos agrícolas, realizando a mecanização ou industrialização nos dois sentidos. Hoje, o Grupo Agro-Industrial Nanjie, uma corporação cooperativa que engloba toda a aldeia, possui somente 70 pessoas dedicadas ao trabalho agrícola, enquanto a maioria de sua força de trabalho está empregada nas indústrias rurais.

Este duplo tipo de industrialização, agrícola e industrial, vem ocorrendo em diversas outras localidades da China. Mas a instalação e funcionamento de indústrias, em especial de indústrias de bens de consumo de massa, como confecções de roupas, materiais elétricos, utensílios diversos, ferramentas manuais, bicicletas e outras, além de indústrias de processamento de alimentos, tem sido mais rápida do que a industrialização da agricultura pelo emprego de máquinas modernas, como em Nanjie.

Um exemplo disso é a instalação, nas áreas rurais, de indústrias de bens intermediários, como materiais de construção, motores elétricos, equipamentos metal-mecânicos e outros. Elas serviram de base para a formação de companhias de construção civil, cuja experiência inicial foi a forte demanda por novas moradias, à medida que a renda camponesa crescia, capacitando-as para participar da reconstrução urbana, desatada a partir de 1984.

Atualmente, algumas das grandes empresas chinesas no setor de confecção de roupas, construção civil e material elétrico, encontram-se nas zonas rurais, são parte daquilo que se conhece como indústrias rurais ou industrialização rural, pertencendo às corporações, companhias integradas ou grupos agroindustriais, tanto estatais quanto cooperativos.

Essa industrialização joga um papel importante para evitar o deslocamento dos excedentes de trabalhadores agrícolas, ao absorvê-los nas empresas industriais das próprias zonas rurais. Por outro lado, ela também tem permitido uma dispersão geográfica da indústria,

atraindo portanto as comunicações, os transportes, os serviços sociais modernos e outros avanços técnicos e científicos que urbanizam as zonas rurais e elevam o padrão material e cultural de suas populações.

Uma ilustração das mudanças introduzidas pela industrialização rural pode ser vista na Granja da Juventude, de Nanchang, Província de Jiangsu. Fundada em 1955, essa granja estatal se estende por 2000 hectares, produzindo mais de 70 produtos de lavoura e criações, destacando-se o arroz, o chá e as uvas, nas lavouras, e os patos, porcos e peixes, na criação. Ela cria mais de 100 mil patos no lago Poyang, pastoreados a barco para realizar o rodízio das pastagens aquáticas. Dessa criação, além da carne e dos ovos, são aproveitadas as penas, que servem para ração, adubo, fabricação de petecas, leques e artesanatos e, ainda, para forro de roupas de inverno.

A piscicultura é praticada com a produção de camarões, tartarugas e pérolas de ostras de água doce. Diferentes espécies de peixes são criadas nos mesmos tanques. Vivendo em profundidades diferentes, elas não competem entre si e permitem uma maior produção pesqueira, alcançando 50 toneladas/ano.

Das quase 7000 pessoas que trabalham na granja, 6000 estão dedicadas às indústrias, das quais 3000 à indústria de casacos de inverno com forros de penas de pato, exportados para 37 países, obtendo um valor de 30 milhões de dólares por ano. Somente 750 pessoas estão dedicadas às lavouras.

A granja possui creches, escolas primária e secundária, uma faculdade de agronomia, hospital e asilo para idosos. Granjas ou fazendas estatais como essa somam mais de 50 mil, ocupam 5 milhões de trabalhadores em 4 milhões de hectares e geram mais de 3,5 bilhões de yuans por ano, constituindo uma base sólida para o processo de fusão e constituição das corporações.

5.4. Ampliação do mercado rural e reforma urbana

Os reajustamentos agrícolas, iniciados em 1978, e as reformas continuadas a partir de 1980, causaram uma elevação considerável do poder aquisitivo do campesinato chinês, embora tenham permanecido ainda diversas áreas onde a pobreza se mostrou bastante resistente e atingia cerca de 10% da população do país.

Essa elevação do poder aquisitivo, como vimos, teve por base

os novos preços estabelecidos pelo Estado para a compra, tanto das cotas quanto dos excedentes de produtos agrícolas dos camponeses, a liberação da venda dos excedentes e dos produtos das atividades domésticas no mercado local e regional, e a reorganização das formas de organização do trabalho rural.

Não se pode descartar, porém, como fator importante para esse aumento do poder aquisitivo da população rural, a abertura dos canais diretos de comercialização da produção rural, tanto agrícola quanto industrial, para os centros urbanos e para o exterior.

Nos centros urbanos chineses havia uma demanda reprimida por bens de consumo de massa que permitia vender rapidamente tudo o que era produzido nas indústrias rurais. Além disso, como o reajustamento agrícola foi acompanhado pela política de abertura ao exterior, de uma hora para outra os produtos da indústria rural chinesa, de baixo custo, viram abertos para si mercados internacionais como os Estados Unidos e a Europa.

Para atender a todos esses mercados, a produção rural chinesa elevou seus investimentos, criando uma dinâmica própria de crescimento antes que ocorressem as reformas urbanas. Em outras palavras, ao mesmo tempo que crescia o poder de compra do campesinato, em que ele próprio tinha condições de investir no crescimento de sua base produtiva para atender um mercado amplo, as zonas rurais transformavam-se, por sua vez, em mercados ávidos por produtos industriais que ainda não tinham condições de fabricar.

Em cerca de seis anos, entre 1978 e 1984, as zonas rurais chinesas tornaram-se o principal mercado para as indústrias urbanas, permitindo iniciar a reforma dessas indústrias e de toda a infra-estrutura construída nos anos anteriores. Embora a vanguarda dessas reformas tenham sido as indústrias de novas tecnologias, de capital misto sino-estrangeiro, implantadas nas zonas econômicas especiais do litoral, foi a ampliação do mercado rural que forneceu a base segura para a indústria chinesa dar um novo salto em seu desenvolvimento.

Comparado com o mercado externo, que absorve atualmente cerca de 150 bilhões de dólares em produtos chineses, o mercado rural absorve mais de 400 bilhões de dólares. Nos próximos anos, tendo em conta os problemas de contração da economia internacional, o mercado rural deve desempenhar um papel ainda mais importante para a continuidade dos planos de desenvolvimento industrial. A expansão econômica para o Centro e o Oeste da China, onde se

encontram 63% de sua população total, a maior parte rural, é expressão dessa importância do mercado rural chinês.

6. Os desafios do Século XXI

Em 1985, com base na experiência das reformas introduzidas desde 1980, as autoridades chinesas decidiram adotar uma nova lista de políticas para o campo, tendo em vista os desafios do país para o século XXI.

Essas políticas, no total de 10, englobam

- 1) o papel do mercado na determinação dos preços dos produtos agrícolas,
- 2) a transformação de certas zonas rurais em florestas e pastagens artificiais,
- 3) o desenvolvimento das comunicações e dos transportes nas zonas rurais,
- 4) a concessão de créditos para o desenvolvimento das indústrias rurais,
- 5) a transferência de tecnologias para o campo,
- 6) a atuação autônoma das cooperativas de crédito rural,
- 7) a construção acelerada de novos povoados,
- 8) a ampliação do sistema de economia familiar especializada,
- 9) o crescimento das empresas rurais de cooperação voluntária e,
- 10) o desenvolvimento das corporações rurais.

Trataremos, em especial, dos itens referentes à ampliação do sistema de economia familiar especializada, do crescimento das empresas rurais de cooperação voluntária, do desenvolvimento das corporações rurais e das cooperativas de abastecimento e de crédito, finalizando com algumas linhas sobre o papel do Estado.

6.1 O futuro do cooperativismo

Na atualidade do campo chinês, o cooperativismo convive com formas de produção familiares e individuais. Em termos quantitativos, a maior parte do campesinato está envolvida com as formas familiares e individuais. É verdade que as reformas que permitiram o retorno ao tradicional modo de produção camponês e à plena utilização dos mecanismos de mercado permitiram também um aumento considerável da produção e da produtividade do trabalho, o aumento da renda familiar e do bem-estar da população rural.

É verdade, por outro lado, que o aumento da produção e da produtividade tem trazido consigo a tendência para o rebaixamento dos preços e, portanto, uma pressão constante sobre a renda camponesa. O aumento da renda não é uniforme, mas diferenciado. Alguns enriquecem

mais rápido do que os demais. A permissão para que as famílias camponesas possam utilizar trabalho assalariado traz embutida a exploração do trabalhador.

Em outras palavras, o processo de transição socialista chinês, denominado de socialismo de mercado com peculiaridades chinesas, é muito contraditório. Por um lado, ao reestruturar as formas de organização da produção para aproveitar-se dos mecanismos de mercado, ele introduz ao mesmo tempo mecanismos de exploração do trabalho humano, estímulos à divisão desigual da riqueza e possibilidades da divisão de classes no seio do campesinato.

Por outro lado, embora contendo esses aspectos negativos, ele desenvolve amplamente as forças da produção (transforma a renda em máquinas, equipamentos, novas variedades agrícolas, amplo emprego da técnica, elevação da capacidade do trabalho rural etc), criando as condições materiais para um novo processo de cooperação em larga escala, não mais por motivos políticos, mas por imperiosas necessidades econômicas.

As autoridades chinesas têm tido o cuidado de evitar as polarizações sociais através da limitação dos ganhos dos que enriquecem primeiro, seja através dos impostos de renda e outros, seja por meio da pressão social. Os Comitês de Aldeões e organizações não-governamentais para o desenvolvimento social pressionam os mais ricos a aplicar seus ganhos extras em benefício da comunidade. E as campanhas ideológicas e políticas pela redução da pobreza, o enriquecimento em ondas, de combate à corrupção e em benefício da comunidade são constantes.

O caminho da solidariedade, que o cooperativismo induz, é longo e calçado de pedras. Elevar quase um bilhão e meio de pessoas, que há menos de 50 anos viviam numa sociedade atrasada, em que a miséria e a exploração abjeta eram as características mais evidentes, a um nível médio de vida modestamente abastado, com um padrão educacional e cultural relativamente elevado, em meio a um mundo em que predomina o capital monopolista e a ideologia individualista da competitividade, não é uma tarefa fácil.

Entretanto, a experiência cooperativa chinesa mostra que é possível trilhá-lo. Resumindo, o cooperativismo da produção agrícola na China já passou por cinco fases e deve entrar agora numa nova etapa. Começou com os grupos de ajuda mútua, que evoluíram para as cooperativas de nível inferior, ou cooperativas de base, num segundo momento. A fase das cooperativas de nível superior, ou avançadas, surgiu no bojo do movimento do grande salto adiante, permitindo avanços consistentes na construção da infra-estrutura agrícola, em especial de obras hidráulicas e uso da irrigação.

A quarta fase, a das comunas populares, avançou ainda mais na construção infraestrutural e na implantação dos embriões de uma extensa e diversificada indústria rural, embora tenha falhado em superar os limites

impostos pelo desenvolvimento relativamente pequeno das forças produtivas no campo chinês. A quinta fase, a dos reajustamentos e reformas na agricultura, com a adoção do contrato de responsabilidade, combinou a produção das unidades familiares com a coordenação das cooperativas, proporcionando as condições para um amplo desenvolvimento das forças produtivas.

A fase em que o cooperativismo chinês está ingressando agora encontra a esmagadora maioria dos 176 milhões de famílias rurais do país - cerca de 900 milhões de pessoas - pertencendo a alguma das quase 1 milhão e 400 mil cooperativas existentes. Assim, a formação das corporações agroindustriais, que combinam trabalho coletivo com trabalho familiar e individual cada vez mais especializado, tende a intensificar a cooperação agrícola em bases essencialmente econômicas, com o emprego cada vez maior da ciência e da tecnologia e a utilização ampla dos mecanismos democráticos de autogestão cooperativa e autogoverno ao nível de aldeias e povoados.

Desse modo, o cooperativismo econômico e a gestão democrática da produção combinam-se cada vez mais estreitamente com o cooperativismo político e a gestão democrática da administração pública, tornando-se um importante instrumento para evitar grandes diferenciações e polarizações sociais e autoeducar os camponeses quanto ao uso da riqueza como bem comum.

6.2 A ampliação da economia familiar especializada

A China possuía, em 1949, cerca de 0,19 ha de terra cultivada por habitante. Em 1995 essa proporção havia caído para 0,08 hectares por habitante, tendo em conta o aumento populacional, que alcançara 1,2 bilhão de habitantes. Por outro lado, a ração média anual per capita havia subido, no mesmo período, de 209 kg para 380 kg.

Para o ano 2030, espera-se que a China tenha 1,6 bilhão de habitantes, cada um consumindo uma ração básica de 400 kg. Isso exige que a China produza 640 milhões de toneladas de cereais, um acréscimo de 5 milhões de toneladas na sua produção anual, ou cerca de 1% ao ano.

Esse acréscimo já não pode ser obtido com a incorporação de novas terras. Ao contrário, conservar a superfície de terras cultiváveis já é uma tarefa difícil, tendo em conta as demandas da industrialização

e da urbanização rural. Então, ele só pode ser obtido com a elevação do rendimento por unidade de área.

Com um cultivo intensivo e meticuloso, é possível triplicar o rendimento do arroz, do trigo e do milho, se forem tomadas como base a utilização de novas variedades de plantas e sementes melhoradas. No caso do arroz, por exemplo, é obtida uma produtividade média de 7,5 toneladas por hectare, em duas colheitas anuais, enquanto plantios mais avançados alcançam a cifra de 12 a 13 toneladas por hectare.

Entretanto, a situação técnica da agricultura chinesa ainda é, em geral, atrasada. Em 1986 existiam 6 técnicos para 1000 habitantes rurais, um técnico agrícola para cada 466,6 hectares, um veterinário para cada 7 mil cabeças de gado, um técnico para cada 160 empresas de aldeia e povoado e somente 120 milhões de graduados de 2º grau.

O Plano Faísca, um plano de exploração tecnológica para levar ciência e tecnologia aos meios rurais, permitiu concentrar investimentos do Estado na exploração de 100 instalações tecnológicas, a serem utilizadas pelas empresas rurais, e no estabelecimento de 500 empresas rurais exemplares, fornecendo-lhes séries completas de tecnologias, métodos administrativos, projetos de produtos e métodos de controle de qualidade. Investimentos vultosos foram direcionados, por outro lado, para formar grande número de jovens em técnicas agronômicas, produtivas e administrativas avançadas.

Apesar disso, a utilização da ciência e da tecnologia em toda a agricultura chinesa ainda precisa ser intensificada de modo que a revolução agrocientífica abarque todos os aspectos do trabalho agrícola - lavoura, pecuária, silvicultura, piscicultura, avicultura etc, incluindo o processamento industrial de alimentos e a relação da agricultura com a ecologia. Um dos métodos para essa intensificação consiste na ampliação do sistema de economia familiar especializada.

Os *contratos de responsabilidade* tiveram sua vigência ampliada para 30 anos, permitindo mais segurança às famílias camponesas dispostas a investir em atividades especializadas, como criação de aves, porcos, vacas, gado de corte, piscicultura, cultivos comerciais e outros tipos de produção agropecuária que exigem crescente utilização de técnicas modernas.

Essas famílias, desde que demonstrem sua capacidade produtiva, têm permissão para ampliar as áreas em que desenvolvem sua atividade e contratar trabalho assalariado. Podem associar-se a

corporações estatais ou cooperativas, ou a instituições agronômicas, trabalhando de forma integrada com elas. Ou podem associar-se a outras famílias especializadas, formando corporações agroindustriais privadas.

Em outras palavras, em vez do desenvolvimento técnico e científico da agricultura chinesa depender exclusivamente da ação do Estado, através das corporações estatais, ele passa a contar com um poderoso instrumento de difusão massificada através das economias das famílias especializadas. Lembramos um dado acima: em 1983 já existiam cerca de 25 milhões de famílias especializadas, trabalhando em áreas médias de 3 hectares. De lá para cá esse processo ampliou-se consideravelmente, embora ainda haja um longo caminho a percorrer.

6.3 Crescimento das empresas rurais

Nos capítulos anteriores foi possível notar que o retorno às formas familiares de produção e gestão não representaram o fim das cooperativas e, muito menos, das empresas agrícolas de propriedade estatal. Ao contrário, à medida que a economia familiar se reforçava, ampliando sua produção e sua renda, capacitando-se para adquirir equipamentos e máquinas modernas e especializar-se em cultivos ou criações comerciais, ela se sentia tolhida nos limites da área destinada à família.

Num primeiro momento, como vimos, a tendência foi deslocar parte dos membros da família para atividades fora da gleba do contrato familiar. A industrialização rural, realizada pelas cooperativas e fazendas estatais, absorveu a maior parte desses excedentes das atividades agrícolas e intensificou ainda mais o florescimento rural.

Assim, num segundo momento, teve início o processo de fusão das fazendas estatais e das cooperativas em corporações, companhias ou grupos agroindustriais e comerciais. E intensificou-se a especialização das economias familiares, que também se movimentaram no sentido de formar associações entre si, seja criando empresas rurais privadas, seja integrando-se às empresas estatais ou cooperativas.

Esse processo de crescimento das empresas rurais, ou de concentração e intensificação da cooperação, tendo por base tanto as cooperativas e fazendas estatais, quanto as economias familiares,

vem ocorrendo, porém, em termos diferentes do passado. As razões econômicas são predominantes, e a cooperação realiza-se de forma voluntária, num processo diversificado e combinado. Como tivemos oportunidade de ver nos exemplos citados anteriormente, as formas de cooperação são múltiplas.

Ao formar corporações estatais, várias fazendas de propriedade do Estado elevam o grau de cooperação social, o mesmo ocorrendo quando várias cooperativas se fundem para formar uma companhia ou grupo agroindustrial e comercial. No entanto, como vimos, uma corporação agrícola pode ser mista, compreendendo a associação entre fazendas estatais e cooperativas, ou entre fazendas estatais, cooperativas, empresas industriais chinesas e estrangeiras e institutos científicos e tecnológicos, em combinações muito flexíveis.

A integração de economias familiares nessas corporações também representa uma forma de elevar a cooperação de modo voluntário. A economia familiar mantém a sua autonomia, mas estabelece com a corporação contratos de adoção de procedimentos técnicos e econômicos e de assistência agrônômica que tendem a melhorar sua especialização e, portanto, sua necessidade de aprofundar a cooperação.

Não deixa de ser interessante notar que o retorno às formas familiares de economia camponesa tenham intensificado, nos últimos 20 anos, os processos de cooperação agrícolas, através de formas muito mais amplas e diversificadas do que nos auge anteriores de cooperativismo agrícola na China. O crescimento das empresas rurais de cooperação voluntária e das corporações rurais mostra uma tendência que deve se firmar, cada vez mais, como predominante no desenvolvimento da agricultura chinesa.

6.4 Novo papel das cooperativas de abastecimento e crédito

A China vem fazendo um trânsito de sua economia socialista centralizada para uma economia socialista de mercado, tendo em conta que ainda está num nível inferior de desenvolvimento do socialismo. Nesse trânsito, a determinação dos preços dos produtos agrícolas e sua comercialização desempenham papel fundamental. Podem estimular ou desestimular os camponeses e os trabalhadores rurais, influenciando seriamente as safras e, portanto, a alimentação e a vida do conjunto da população.

Os preços são determinados basicamente pelo mercado. No caso da China, o Estado ainda mantém controle sobre alguns produtos, de modo a manter os preços e o abastecimento estáveis, porque não há uma oferta adequada deles. Esse controle ou regulação é realizado tanto por meios econômicos, quanto administrativos ou políticos, seja através das empresas estatais e cooperativas de abastecimento e circulação, seja através das cooperativas de crédito rural.

Até há pouco, as empresas e cooperativas de abastecimento e circulação exerciam funções administrativas, como representantes dos departamentos governamentais, realizando todas as operações comerciais com os grãos, incluindo compra, armazenagem e venda dos mesmos, ao mesmo tempo que abasteciam o mercado rural com produtos industriais.

Quando os preços de mercado baixavam, as empresas compravam os cereais a preço de proteção, fixadas pelo governo acima dos preços de mercado, para proteger os camponeses. Quando os preços sobiam, as empresas vendiam grandes quantidades para estabilizar os preços e proteger os consumidores. Tais operações eram, assim, operações políticas, não econômicas, que exigiam o dispêndio de grandes recursos.

Entre 1995 e 1997, por exemplo, ocorreram três anos sucessivos de boas colheitas. Em cada um deles foram produzidos em torno de 500 milhões de toneladas de grãos, o que impediu que muitas cooperativas de comercialização pudessem comprar e armazenar todos os excedentes dos camponeses a preço de proteção. Suas dívidas, em virtude dessas operações, subiram a 16,5 bilhões de yuans em 1996 e 48 bilhões de yuans em 1997.

Dificuldades como essas abriam campo para a ação de comerciantes privados, que especulavam com os preços na ponta do produtor, no caso de excedentes, e na ponta do consumidor, no caso de escassez. Em vista disso, o governo intensificou a reforma no sistema de abastecimento e comercialização, no sentido de eliminar a superposição das funções administrativas dos órgãos governamentais e das cooperativas de abastecimento, assim como das operações de armazenamento e de comercialização.

Primeiro, separou as funções do governo das funções empresariais das empresas estatais e das cooperativas que operam com grãos. Os departamentos governamentais passam a funcionar

estritamente como supervisores da circulação. Não participam de negócios, nem intervêm nas operações das empresas estatais ou das cooperativas de abastecimento e comercialização, que são autônomas.

Segundo, separou a administração das reservas reguladoras e estratégicas de grãos da operação de comercialização dos cereais. As reservas são administradas pelo Estado e seus custos do armazenamento passam a ser assumidos também pelas zonas consumidoras de grãos.

Terceiro, separou as tarefas do governo central dos governos locais e definiu as funções de cada um na circulação de grãos. Atualmente, o governo central suporta a principal responsabilidade na compra, venda e armazenagem de grãos, através das empresas estatais e das cooperativas de abastecimento e comercialização. Agora, o governo central concentra sua atenção no controle macroeconômico e da regulação do mercado por meio das reservas estratégicas e das importações, enquanto os governos locais se responsabilizam pelas operações de comercialização.

Quarto, as dívidas passadas, causadas por perdas das empresas operadoras de grãos, serão cobertas, em conjunto, pelos governos central e locais. As dívidas novas serão de estrita responsabilidade das empresas e cooperativas de abastecimento e comercialização.

O mecanismo da oferta e da procura deve determinar os preços, mas o governo formulará preços de proteção. Um, para a compra sem limites dos cereais, que salvar-guarde os interesses dos camponeses. Outro, estabelecendo um teto para a venda, que proteja os interesses dos consumidores. A variação dentro desses limites será garantida pelos estoques reguladores.

Nesse sistema, as mais de 35 mil Cooperativas de Abastecimento e Comercialização são o principal canal entre os produtores e o mercado. Além de transferir para o Estado as cotas destinadas às reservas, elas devem realizar pesquisas de mercado, abrir representações comerciais em áreas urbanas e comercializar parte da produção no mercado externo, de tal modo que a produção agrícola e industrial das zonas rurais flua desimpedidamente.

Desse modo, a melhoria dos preços e dos canais de comercialização dos produtos agrícolas possibilitam o aumento da renda e capitalização da agricultura. No entanto, não resolvem as

necessidades de reunião dos fundos dispersos pela sociedade rural e sua canalização para o desenvolvimento agrícola e das indústrias rurais.

Até o início dos anos 80, o Banco de Desenvolvimento Agrícola era o responsável pelo financiamento à agricultura. Mas ele funcionava estritamente como caixa do Ministério da Agricultura. Através das cooperativas de crédito rural, repassava as verbas, constantes nos planos e no orçamento estatais, que cabiam às cooperativas de produção e fazendas estatais. Nem o Banco Agrícola, nem as Cooperativas de Crédito Rural, tinham qualquer autonomia para captar recursos e financiar qualquer projeto que estivesse fora do plano estatal.

A primeira reforma bancária, introduzida a partir de 1984, modificou tanto o papel do Banco Agrícola (agora denominado Banco de Desenvolvimento Agrícola), quanto das cooperativas rurais. O banco e as cooperativas de crédito rural passaram a funcionar como agentes captadores e emprestadores de recursos a projetos de desenvolvimento agrícolas e de indústrias rurais, cobrando juros pelos empréstimos, com prazos para a cobrança dos mesmos e também das amortizações.

As cooperativas de crédito rural continuam funcionando como entidades de base do Banco de Desenvolvimento Agrícola, de quem recebem recursos para empréstimos e para quem devem devolver, além dos empréstimos realizados, parte dos juros obtidos com eles. Mas as cooperativas de crédito rural têm autonomia para captar recursos da poupança camponesa e aplicá-los em projetos agropecuários ou indústrias rurais na forma de empréstimos.

Assim, as 58 mil Cooperativas de Crédito Rural, já existentes em 1992, tinham 330 mil sucursais e 490 mil funcionários e passaram a desempenhar um papel fundamental nos financiamentos à agricultura e às indústrias rurais chinesas, seja como ponte entre o Banco de Desenvolvimento Agrícola e os produtores, seja como centralizadores dos capitais dispersos entre os camponeses individuais e sua transformação em recursos para créditos rurais.

Elas realizam um papel ativo, principalmente no financiamento dos projetos relacionados com a economia das famílias especializadas e com a modernização do processo de industrialização rural. Acompanham não só todo o processo de estudo dos projetos e sua viabilidade econômica, como estabelecem mecanismos de fiscalização das aplicações para garantir que os créditos sejam utilizados nas finalidades para as quais foram contraídos.

6.5 O papel do Estado

O Estado chinês, desde a revolução de 1949 até o início da década de 80, assumiu um papel de intervenção direta e determinante em todos os aspectos da vida econômica e social da China. O que variava era a maior ou menor participação popular nesse processo intervencionista, em grande parte ditado pelas exigências da luta de classes na sociedade chinesa, em parte decorrente das idéias existentes sobre a construção do socialismo e sobre o papel do Estado e do mercado nessa construção.

Assim, embora coexistissem na sociedade socialista chinesa diversas formas de propriedade de meios de produção, como a propriedade estatal, a propriedade cooperativa ou coletiva e a propriedade individual e familiar, os planos, diretivas e ordens do Estado eram obrigatórios para todas elas. Desse modo, a propriedade estatal acabava monopolizando todo o processo produtivo e de circulação, enquanto a propriedade coletiva e a propriedade familiar tinham que adaptar-se e subordinar-se à forma estatal. O monopólio comercial, em particular, limitava o desenvolvimento da propriedade familiar e cooperativa e, em grande medida, o próprio desenvolvimento da propriedade estatal industrial e agrícola. O mercado só existia nos limites das feiras rurais e mesmo isso foi proibido, durante a revolução cultural.

De 1978 para cá tem havido uma mudança substancial no papel do Estado. Este estabelece as diretivas gerais, as linhas macroeconômicas, as orientações macrosociais e macropolíticas, os planos gerais de desenvolvimento científico e tecnológico e as prioridades de alocação e realocação dos recursos e investimentos. Mas as empresas de propriedade estatal, coletiva ou cooperada e individual ou familiar devem orientar-se também pelo mercado, pelas demandas reais da população e da sociedade, em termos de produtos, da qualidade dos mesmos e de seus preços.

As empresas estatais, a exemplo das granjas, fazendas e corporações agroindustriais de propriedade do Estado, orientam-se pelas diretivas ou planos gerais, assim como pelos contratos de responsabilidade assinados com ele, mas têm plena autonomia para elaborar seus próprios planos de produção, com vistas a atender tanto as cotas estabelecidas pelo contrato de responsabilidade, quanto as demandas regionais, nacionais ou mesmo internacionais.

Esses planos próprios são de responsabilidade das assembleias de empregados e funcionários, que elegem e supervisionam seus dirigentes, e devem responder tanto pelos lucros quanto pelos possíveis prejuízos. Desta forma, o orçamento estatal vai paulatinamente se livrando da necessidade de subsidiar suas próprias empresas e as transforma em unidades rentáveis, capazes de contribuir para os fundos gerais da sociedade através dos impostos e dos lucros.

O mesmo ocorre com as cooperativas, propriedades coletivas de seus próprios associados, e com as unidades produtivas familiares, proprietárias formais de seus meios de produção e do usufruto de terra. Elas devem atender às exigências do contrato de responsabilidade quanto às cotas de produção, mas possuem liberdade para organizar seu trabalho produtivo, ampliar a produção e atender ao mercado.

A elevação da produção e da produtividade agrícolas depende, assim, em grande medida, dessa liberdade de organização da produção e de procurar atender às demandas do mercado. No entanto, depende em grande medida, também, da regulação do Estado para evitar os costumeiros desvios que o mercado impõe (grande safra, queda nos preços pagos aos produtores etc). Desse modo, o preço estatal de compra dos produtos agrícolas, principalmente cereais e algodão, para constituir seus estoques estratégicos e reguladores, é fundamental para manter a estabilidade da agricultura como base de seu desenvolvimento.

O Estado desempenha papel essencial também na difusão dos métodos científicos e tecnológicos. Embora realize grande parte desse papel através do estímulo à organização de associações agrônômicas dos próprios camponeses, sua orientação para a conexão do trabalho das universidades com os problemas da agricultura, e para que as fazendas e corporações agroindustriais estatais funcionem como exemplos de modernização agrícola, são instrumentos fundamentais nesse processo.

O Estado é, também, o elemento chave na superação da pobreza nas zonas rurais. Ele tem orientado tanto as novas medidas para levar o desenvolvimento econômico e social às zonas pobres, substituindo paulatinamente o antigo assistencialismo, como tem sido o principal incentivador dos estudos e medidas para modificar e

melhorar o perfil da estrutura alimentar da população. As contribuições dos cientistas e estudiosos são, em grande medida, transformadas em diretivas de experimentação e discussão com a população para, num segundo momento, a partir de resultados positivos, generalizar-se para todo o país.

Mas é no campo da sua própria democratização e de participação da população rural no poder que vem se dando uma das maiores experimentações do campo chinês. Desde 1987 entrou em vigor a Lei Orgânica sobre Comitês de Aldeões, que estabeleceu um sistema legal para a autonomia das aldeias das zonas rurais da China. Por esse sistema legal, os camponeses passaram a eleger diretamente os funcionários capazes de representar seus interesses e realizar o autogoverno das aldeias.

Os Comitês de Aldeões são encarregados dos assuntos públicos ao nível da aldeia, cuidando dos serviços, do bem-estar e da educação local, e representando os aldeões diante dos níveis administrativos superiores (cantões, distritos etc). De 1987 a 1998, com eleições a cada três anos, foram eleitos mais de 900 mil Comitês de Aldeões, em mais de 60% das zonas rurais, englobando mais de 4 milhões de quadros locais escolhidos democrática e diretamente pelos camponeses.

A alocação dos recursos ou fundos destinados à aldeia, a definição dos membros do comitê que devem receber subsídios por se verem obrigados a ficar ausentes dos trabalhos agrícolas, o uso das rendas derivadas da contribuição coletiva da aldeia, os planos para a coleta de fundos para a construção de escolas, estradas e outros projetos públicos, a contratação de projetos econômicos, os planos para a contratação de cotas de produção das famílias camponesas, os planos para o uso de locais da aldeia e outros assuntos que dizem respeito à coletividade camponesa, devem todos ser submetidos à assembléia dos camponeses da aldeia pelo Comitê.

O Comitê também deve se submeter à supervisão popular, estipulando que deve informar à população sobre a execução das decisões adotadas pela assembléia, a utilização dos recursos financeiros, as medidas adotadas para enfrentar calamidades naturais e assim por diante. As contas públicas devem ser publicadas pelo menos a cada três meses e de modo que todos os camponeses possam tomar conhecimento delas.

Conclusões

O texto acima não passa de um resumo das ricas experiências de cooperativismo agrícola na China. Ele dá, porém, uma visão geral de seus problemas e de suas tendências atuais e futuras, confirmando a idéia de que o cooperativismo, sobre múltiplas formas e associações, deve desenvolver-se ainda mais naquele país.

Embora nenhuma experiência alheia deva ser copiada, há muita coisa negativa e positiva da história do cooperativismo chinês que pode servir de lição para as tentativas do cooperativismo agrícola no Brasil. Se este texto servir para isso, seu objetivo terá sido cumprido e nosso trabalho mais do que recompensado.

Outros livros do autor sobre a China

- O Enigma Chinês – Ed. Alfa-Omega (Wladimir Pomar)
- China, o Dragão do Século XXI – Ed. Ática (Wladimir Pomar)



**Confederação das Cooperativas de Reforma
Agrária do Brasil Ltda. - CONCRAB**
Alameda Barão de Limeira, 1232 - Sta. Cecília
Cep 01202-002 - São Paulo - SP